

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ERICK HERZOG DE MORAES

**Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do
Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante
de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico**

São Paulo

2023

ERICK HERZOG DE MORAES

**Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do
Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante
de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro

São Paulo

2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Herzog de Moraes, Erick

Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico / Erick Herzog de Moraes; orientador Marcelo Afonso Ribeiro. – São Paulo, 2023.

75 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2023.

1. imigração. 2. reconhecimento. 3. trabalho. 4. exclusão. 5. fotoetnografia. I. Afonso Ribeiro, Marcelo, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Erick Herzog de Moraes
Título: Vínculos de trabalho entre e com
imigrantes no bairro do Brás em São Paulo:
investigação sobre o trabalho ambulante de
refugiados a partir de um olhar
fotoetnográfico

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social
Área de concentração: Psicologia Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Às trabalhadoras e trabalhadores ambulantes refugiadas e refugiados que atuam no bairro do Brás, em São Paulo, por sua disponibilidade, recepção, trocas e compreensão no apoio a essa pesquisa.

A meu orientador, sempre solícito e pronto a me apoiar durante as necessárias transformações e adaptações que esse trabalho requiriu.

A Matheus, amigo de inspiração fotográfica que me abriu as portas para essa arte e para o fazer pesquisa com ela.

A Felipe, amigo de incentivo e encorajamento em todos os momentos desafiadores da pesquisa e da vida

A Pedro, amigo sempre presente em todos os momentos de celebrações e de reveses.

A Afonso, amigo de acolhimento e de todos os compartilhamentos.

A Nalva, Rosângela, Selma e Gustavo, colaboradores do PST, pela sempre pronta disposição em me ajudar.

RESUMO

Moraes, E. H. (2023). *Vínculos de trabalho entre e com imigrantes no bairro do Brás em São Paulo: investigação sobre o trabalho ambulante de refugiados a partir de um olhar fotoetnográfico*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Por meio de registros fotográficos do cotidiano do trabalho ambulante de refugiados e imigrantes no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, esta pesquisa visa que tais registros sirvam para subsidiar o entendimento de como vínculos de trabalho estabelecidos entre e com imigrantes atuantes neste bairro se dão e se estas atuações são potências no sentido de promover melhoria na qualidade de vida dos atores sociais desses eventos. Assim, parte-se do princípio de que o acesso ao trabalho é elemento base para o desenvolvimento de relações que contêm, em seu meandro, o reconhecimento, o sentimento de pertencimento e, em decorrência, a sensação de apropriação do espaço urbano. Sabendo da baixa qualidade e imanente descaracterização dos elementos que dão contorno e forma ao trabalho formal dos empregos exercidos por migrantes, buscou-se investigar como o fenômeno de exclusão impacta a vida desses sujeitos. A partir das narrativas fotográficas colhidas, foram construídas, juntamente aos colaboradores da pesquisa, diretrizes que possibilitem a atuação de atores locais e outras para a criação de políticas que visem a melhora da qualidade de vida e promoção de bem-estar entre os sujeitos participantes. Não obstante, àqueles que se estendem ao território afetivo de identificação, buscando estratégias que ofereçam amenização do fenômeno de exclusão.

Palavras-chave: imigração; reconhecimento; exclusão; trabalho; sensação de pertencimento; trabalho ambulante; fotoetnografia; refúgio.

ABSTRACT

Moraes, E. H. (2023). *Working relations between and with immigrants in the Brás district of São Paulo: An investigation into the street work of refugees from a photoethnographic perspective*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Through photographic records of the daily street work of refugees and immigrants in Brás, a neighborhood in the city of São Paulo, this research intends to use these records to support the understanding of how the work bonds established with and among immigrants working in this neighborhood are developed and if these relationships can in fact promote an improvement in the quality of life of the social agents involved in these events.

The premise is that access to work is a basic element for the development of relationships that contain, within themselves, acknowledgment, a feeling of belonging and, as a result, a sense of ownership of urban space.

Acknowledging the low quality and immanent mischaracterization of the elements that shape formal employment of jobs performed by immigrants, we sought to investigate how the phenomenon of exclusion impacts the lives of these subjects.

Based on the collected photographic narratives, and counting with the aid of research collaborators, guidelines were designed to empower local agents and to support the creation of policies aimed at improving quality of life and promoting well-being among the participating actors, including those who extend to the affective territory of identification, seeking strategies that can mitigate the exclusion phenomenon..

Keywords: immigration; acknowledgment; exclusion; work; sense of belonging; hawker work; itinerant work; photoethnography, refuge.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. O TRABALHO E O REFÚGIO.....	14
1.2. DISCUSSÕES FUNDAMENTAIS	17
1.2.1. <i>Os circuitos superiores e inferiores da economia global e a importância do comércio ambulante</i>	17
1.2.2. <i>Os aspectos fundamentais do trabalho ambulante</i>	22
1.2.3. <i>O trabalho ambulante na cidade de São Paulo</i>	24
1.2.4. <i>O trabalho ambulante na cidade de São Paulo e os trabalhadores refugiados</i>	26
1.2.5. <i>O bairro do Brás, sua história e sua relação com o trabalho ambulante e refugiado.....</i>	27
1.2.6. <i>As tensões entre os conceitos de Trabalho Decente e Trabalho Significativo</i>	29
1.3. OBJETIVO GERAL	31
2. A PESQUISA, MATERIAL, MÉTODO E REFLEXÕES.....	32
2.1. A FOTOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA.....	33
2.2. QUESTÕES SOBRE A PESQUISA TENDO A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO	37
2.3. A DIMENSÃO DENOTATIVA E CONOTATIVA DA IMAGEM FOTOGRÁFICA E A CENA EM QUE SE FOTOGRAFA	38
2.4. O MÉTODO EMPREGADO E OS PROCEDIMENTOS	39
2.5. MÉTODO DE ANÁLISE	41
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	44
3.1. FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS FOTOETNOGRÁFICOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ORIENTADAS A TRABALHADORES AMBULANTES E REFUGIADOS NA CIDADE DE SÃO PAULO	45
3.2 AS COLETAS DE IMAGENS E SUA NARRATIVA INTRÍNSECA E TÁCITA.	48
3.2.1 <i>O território</i>	48
3.2.2 <i>A mercadoria</i>	62
3.2.3 <i>O mercadejo</i>	70
3.2.4 <i>O cotidiano e a rotina.....</i>	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
5. REFERÊNCIAS	113

1.INTRODUÇÃO

Ricardo Antunes em seu livro intitulado “Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho” (Antunes, 1999) nos apresenta, ou minimamente nos leva a retornar a visitar, a importância do trabalho como pilar sustentacular do processo de constituição dos vínculos sociais. Isto é, ele visa mostrar, mais uma vez, como o trabalho continua no centro da sociabilidade contemporânea. Assim, inspirado em István Mészáros (*Beyond Capital*), o autor revela que no “sistema de metabolismo social do capital” (Antunes, 1999, p. 23) sobressai-se a subordinação do valor de uso ao valor de troca, prevalecendo a expansão e o acúmulo, em detrimento da satisfação das demandas apontadas em agendas sociais de ordem primária ao bem-estar social. Nesse cenário, para se reproduzir, o capital precisa de trabalho: “Sujeito real da produção” (Antunes, 1999, p. 25). Por tanto, fica impossível pensar em um processo produtivo capitalista totalmente automatizado e sem trabalhadores.

O atrito presente na relação que se dá entre o modo de produção das relações pautadas em preceitos neoliberais e os trabalhadores é decorrente do fato de essas estratégias –que visam sustentar essa estrutura mesmo que ontologicamente em crise por prevalecer o valor de troca em detrimento do valor de uso e, conseqüentemente, gerando sofrimento- serem as atuais guias que promovam o *establishment* do próprio trabalho e do ingresso nesse registro. É tocante que seja justamente esse fenômeno o responsável por gerar desemprego, aumento da jornada de trabalho, destruição de recursos naturais em escala mundial e, especialmente, a questão que orientará essa pesquisa: a exclusão e a sensação de não pertencimento.

A fim de se debruçar sobre as questões que dão tom à qualidade de vida de trabalhadores não formalmente vinculados ao trabalho erigido como tradicional e que imputa ao detentor de tal qualidade de vínculo a alcunha de trabalhador, faz-se necessário, previamente, uma apresentação do que se entende pelo conceito de trabalho, trabalhador e uma breve apresentação histórica dos processos de transformação destes. Assim, é preciso situar que a nova fase de acumulação de bens no sistema vigente, no Brasil, é decorrente das derrotas das lutas operárias de 1960/1970, mas também das necessidades do próprio capital. Assim, Antunes (1999) nos expõem como um determinado fenômeno resulta simultaneamente da luta de classes e do desenrolar da lógica interna do capitalismo. Ou seja, da conexão entre economia e política, como nos exemplifica a história no enorme salto tecnológico que se deu nos anos 1970 respondendo à confrontação do mundo do trabalho aflorado em lutas sociais, e, simultaneamente, atendendo à demanda de concorrência interna do próprio sistema vigente em fase monopolista. O desenvolvimento do capitalismo,

portanto, não se dá automaticamente até seu limite. Outrossim, numa dança na qual a política de resistência e a identidade atuam como componentes de um quadro geral que tem circunscrito em seus *frames* o bem-estar e a saúde do trabalhador.

Nesse tempo dinâmico em que as relações se dão através de uma constante reformulação e alteração de seus *status*, pode-se inferir que pouco permanece estático. Dessa forma, há uma nova necessidade de leitura sobre o que dá contornos ao conceito e propriamente à identidade e autorreconhecimento daquilo que se constitui como trabalhador na contemporaneidade. Assim, em continuidade à proposta já supracitada, emerge uma noção ampliada de classe trabalhadora que vai contra a ideia de que a mesma está em extinção. Antunes (1999) propõe uma noção ampliada de classe trabalhadora que incorpore a totalidade dos trabalhadores assalariados, produtivos e improdutivos, além dos desempregados. Dessa proposta surge o conceito de “classe-que-vive-do-próprio-trabalho”, o que permite incorporar o trabalho precarizado e terceirizado do setor fabril e de serviços, o trabalho *part-time*, o setor de serviços, o trabalho em domicílio, etc.

Antunes (1999) ainda nos informa que a

sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, *part-time* e terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (p. 119).

Há, desse modo, uma oposição à tese habermasiana da ciência como “‘principal força produtiva’ em substituição ao valor-trabalho que se teria tornado inoperante” (Antunes, 1999, p. 121) pois, no entender do autor, ela ignora a “complexa e contraditória unidade” (Antunes, 1999, p. 122) entre trabalho vivo, ciência e tecnologia. Em outras palavras, o desenvolvimento da ciência e tecnologia é determinado pela lógica do capital e não pela lógica das necessidades humanas, nem por qualquer impulso imanente. Em outras palavras, Antunes (1999) frisa que não se deve confundir a tendência do capital a reduzir o trabalho vivo e ampliar o trabalho morto com a extinção do trabalho.

Postas as ideias de que o trabalho é elemento fundamental na criação dos vínculos fundamentais que organizam e sustentam os vínculos sociais, e de que ele não ruma à extinção, outrossim vive um processo dinâmico de reformulação, emerge uma nova questão decorrente do

sucateamento crescente da qualidade nesses processos: quem se entende trabalhador e como os novos meios de trabalho alteram as instâncias de reconhecimento, autorreconhecimento e decorrente exclusão?

França Filho, Silva Junior e Rigo (2012) delinearão a questão do trabalhador informal, ou mesmo, a “*crisis of work*”. Essa questão trata da condição do mercado de trabalho a partir do agravamento do desemprego em todo mundo. Nessa perspectiva, o microcrédito surgiu como uma alternativa eficiente para redução da pobreza, especialmente no Brasil. O ponto problematizado do microcrédito passa pela relação com a microeconomia. A microeconomia compreende um universo complexo e multifacetado de experiências envolvendo operações financeiras de pequena quantidade; nesse sentido, no universo da microeconomia, o microcrédito é apenas um instrumento ou mecanismo para a execução das operações nesse universo.

Ainda França Filho et al. (2012), os autores apontam que num cenário que se descrevia, na década de 1980, com o crescimento da observação e reconhecimento da incapacidade do trabalho convencional de dar conta – mesmo considerando as logísticas econômicas de mão-de-obra-invisível – da baixíssima oferta de empregabilidade, de poucas políticas públicas que agitassem a economia, o microcrédito surgiu como opção para incentivo e desenvolvimento econômico, principalmente no setor de serviços, e provedor de condição subjacente à qualidade e condição de vida. A problemática é resultante da indagação acerca do acesso ao microcrédito, já que é fato que nem todos dispõem dessa possibilidade, dada a burocracia fortemente associada a esse processo de obtenção de crédito.

Desse modo, Laville (1997) categoriza que aqueles que não foram inseridos nem conseguiram inserir-se de nenhum modo a esse tipo de política compensatória da crise de empregabilidade ficaram excluídos do potencial consumidor e distantes do cerne organizador do engendro da organização socioeconômica capitalista.

Ao pensar as situações marginais, Robert Castel (1997) entende que elas aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação a inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda desse duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Distingue-se três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando essas gradações duas a duas obtêm-se três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho

precário e fragilidade dos apoios relacionais), e a zona de marginalidade ou zona de desfiliação para marcar nitidamente o duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional.

Castel (1997), assim, categoriza que, em sociedades organizadas segundo a lógica do capital e da venda da força de trabalho, observa-se que na primeira zona, os trabalhadores gozam de estabilidade no emprego e integram fortes e coerentes redes de dependência; na segunda, denominada de *zona de vulnerabilidade*, são compreendidos pequenos trabalhadores independentes sem reservas econômicas (mercadores, ambulantes...) e um salário precário de trabalhadores intermitentes do campo ou da cidade que não são assumidos pelo sistema corporativo, não se beneficiam de suas garantias (trabalhador manual, trabalhador sazonal, trabalhadores braçais diaristas ou por empreitadas...) sua instabilidade é crônica e eles estão sempre ameaçados a passar para a terceira zona; a última zona engloba o personagem tipo da zona de grande marginalidade, ou de desfiliação, é o vagabundo. Ele não trabalha, apesar de poder trabalhar, no sentido de estar apto ao trabalho. Ao mesmo tempo ele está cortado de todo apoio relacional. É o errante, o estrangeiro que não pode ser reconhecido por ninguém e se encontra rejeitado, de fato, por toda a parte. Consequentemente recaem sobre ele medidas repressivas cruéis, do rechaçamento à exposição à morte, em casos extremos. As dinâmicas dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação” (Castel, 1997).

Nesse contexto, Castel (1987) analisa o fenômeno urbano vinculado à estrutura de uma sociedade, relacionando-o com novas formas de articulação social, provenientes do modo de produção capitalista e que tendem a ultrapassá-lo. Assim, aqueles que estão desvinculados do potencial consumidor, automaticamente, estão sujeitos à vulnerabilidade social. Isto é, dado centralidade e importância da produção e acúmulo de capital, aquele que não o faz é inexoravelmente posto em situação de marginalidade.

Esses indivíduos situados à margem convivem com o conceito entendido por vulnerabilidade social. Este tem dois componentes principais (Pizarro, 2001). Primeiro, a insegurança e incerteza das comunidades, famílias e indivíduos em suas condições de vida em consequência de alguma significativa instabilidade de natureza econômico-social. E, segundo, os recursos e estratégias que utilizam as famílias e indivíduos para enfrentar os efeitos dessa instabilidade de natureza econômico-social são insuficientes. Os recursos mobilizáveis para enfrentar situações de risco devem ser analisados no contexto dos padrões de mobilidade e

integração social que definem as estruturas de oportunidades em cada momento na sociedade. Dentre estes recursos mobilizáveis, ressalta-se o de capital humano, com destaque para as qualificações educacionais de indivíduos e grupos sociais.

O desenrolar do trato ao indivíduo nessas condições arremete, segundo Axel Honneth (2008), para outra instância significativamente grave, causadora de mal-estar e de sofrimento psíquico. O autor quando pensa a condição de desenvolvimento da subjetividade no contexto da marginalidade, relaciona-o com a necessidade de interação social. A baixíssima qualidade dessa interação resulta no conceito que ele vai denominar reificação.

É também decorrente da baixa qualidade de interação social os contornos que dão forma ao conceito de exclusão, mas não somente, uma vez que há uma dificuldade considerável em definir significado prático a ele. Ainda assim, este precisa ser trabalhado a fim de ferramentar essa pesquisa, além de compor o processo que leva ao tópico almejado por esse projeto: delinear diretrizes para políticas que visem a **inclusão** de imigrantes no centro de São Paulo à renda e investigar acerca da qualidade dos vínculos empregatícios estabelecidos por e dentre eles.

Destarte, ao falar da amálgama de elementos que compõe as mais variadas facetas do cotidiano do imigrante no centro da cidade, é necessário entender que estas constituem o próprio processo de exclusão social, bem como a sua transmutação em inclusão social. Desse modo, analisar a ambiguidade constitutiva de exclusão é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão na versão social, subjetiva, física e mental. A abordagem pretendida sobre esse fenômeno se baliza em analisar a exclusão social sob a perspectiva éticopsicossociológica exposta por Sawaia (1999) que a entende como um processo complexo que

não é, em si, subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, racional nem emocional. É um processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimento, significados e ações (p. 5).

A sociedade, dessa forma, exclui para incluir, tornando essa ambivalência uma transmutação condicional da ordem desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das

atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 1999).

É nesse panorama que a exclusão dá lugar à dialética exclusão/inclusão, fazendo com que a exclusão passe a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro (ou mesmo estado de reificação previsto por Honneth, 2008), na medida em que esta concepção nos apresenta a ética e a subjetividade da desigualdade, de modo a nos ampliar as interpretações sobre o fenômeno para além dos entraves legalistas e minimalistas pautados na crise do Estado e do sistema de empregabilidade.

A exclusão aparece como fenômeno que, *per se*, já preencheria espaço de importância suficiente para uma pesquisa e debruçamento. Entretanto, a ideia desse projeto aponta para entendê-la como um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, de forma de que ela não detém uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do próprio sistema, como aponta Sawaia (1999). Buscar-se-á, então, desvelar as artimanhas da exclusão e da desigualdade social, através das reflexões sobre cotidiano, consciência, afetividade, intersubjetividade, identidade, representação social e projeto de vida, levando em conta a gesta de subjetividades decorrentes da perspectiva dialética de inclusão/exclusão. Sabendo que estas subjetividades determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência e determinação econômica, daremos enfoque à condição do imigrante, tendo em vista demonstrar que a

sutileza da desafiliação pelo controle e limitação social das escolhas oferecidas e aceitas por indivíduos em situação de exclusão leva alguns a aceitar o projeto-doença para ter legitimada sua cidadania e certa condição de sobrevivência e, assim, passar a ser incluído no sistema de seguridade, como pertencendo ao seu disfuncionamento (Carreteiro, 1999, p. 17).

1.1. O trabalho e o refúgio

Entendo que a prática em pesquisa em psicologia social não possa ser desvinculada de um exercício constante que se interesse genuinamente pelo construto de relações intersubjetivas que visem o bem-estar do outro, em um movimento que uma reconhecer e dignificar o outro em semelhante. Nesse sentido, a condição do imigrante aparece como elemento emergente de saúde pública e de compromisso com a promoção de qualidade de vida de todos os sujeitos. Tendo em conta a centralidade do trabalho para os fenômenos migratórios, e que muitos imigrantes vieram ao Brasil na expectativa de conseguir trabalho, essa situação pode levar à percepção da piora na saúde e distúrbios mentais, conforme vem sendo mostrado em pesquisas de diversos contextos mundiais (Benach, Muntaner, Chung, & Benavides, 2010; Ahonen, Benavides, & Benach, 2007). Ainda, algumas pesquisas apontam que quanto aos imigrantes que efetivamente conseguem estabelecer vínculos formais de trabalho, chama a atenção a extensa jornada de trabalho a que grande parte deles está submetida (Leão, 2017). Há intensos relatos de dores no corpo e cansaço que podem estar relacionados à carga horária, além da exigência física e riscos percebidos, que interagem com o corpo dos trabalhadores e geram perda das capacidades corporais e psíquicas (Laurell & Noriega, 1989). Pesquisas apontam problemas de saúde mental em trabalhadores migrantes, como casos de depressão ocasionados pela “solidão aliada à longa e exaustiva jornada de trabalho”, silêncio sobre o adoecer e o medo de perder o emprego e não conseguir se manter longe de casa (Menezes & Marcelo, 2010).

Não obstante a questão de saúde na qualidade do trabalho e de seus decorrentes vínculos no que tange a questão do imigrante, há ainda a indissociável problemática do acesso às garantias estabelecidas na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). Haddad (2008) também aponta o artigo 14 da DUDH como demonstração de que o Direito Internacional dos Refugiados é uma parte inseparável do código de direitos humanos. Essa autora ressalta que os refugiados são o efeito colateral do estabelecimento de Estados soberanos quando estes falham em garantir proteção a todos os seus cidadãos. As normas de direitos humanos evoluíram para evitar o teórico poder infinito e potencialmente destrutivo da soberania, que é responsável, em parte, pela criação de fluxos de refugiados. Haddad (2008) destaca, assim, os refugiados como uma categoria de

pessoas cujos certos direitos humanos estão sob ameaça, direcionando-nos, dessa forma, a um aspecto fundamental da relação explorada neste artigo: a existência de uma conexão entre violação de direitos humanos e refúgio. É nesse sentido que essa pesquisa pretende oferecer, para além do que tange um ou outro recorte das interfaces que a psicologia estabelece como área do conhecimento, uma quantidade suficiente de material para análise que possibilite um olhar cuidadoso que reconheça nas imagens obtidas, através de registro fotográfico, uma fotoetnografia capaz de potencializar as ações dos sujeitos em questão a ponto em que se tornem agentes sociais de seu próprio território, além da criação de diretrizes para políticas públicas que se adequem à condição da atuação no universo do trabalho dos atores e melhorem as atuais, principalmente no programa da Prefeitura de São Paulo intitulado Políticas para Imigrantes e Promoção de Trabalho decente.

A transformação do sujeito em agente social de seu próprio território, acreditamos, é o modo mais justificado de promover mudanças estruturais e promover saúde e qualidade de vida, sem que se outorgue, de maneira vertical, uma metodologia desconhecido por parte de quem habita o território. Assim, entendo, a coleta, a construção de diretrizes e a investigação delicada e cuidadosa dos vínculos empregatícios dessa população tem enorme potencial para consolidar uma construção coletiva de diretrizes que sirvam de cerne orientador para a autogestão, incrementação de cooperativas, ações intracomunitárias que promovam o reconhecimento de iguais e políticas públicas mais eficazes na promoção de saúde, qualidade e vida e acesso a Direitos Humanos dos imigrantes presentes no território em que atuam.

Um trabalho que caminhe no sentido de minimizar os efeitos da exclusão cabe na medida em que a mesma é um fenômeno cruel, e que para quem nela se inclui (referindo-se a dialética exclusão/inclusão) a visão do futuro é assustadora, como nunca foi, uma vez que não existam projeções convincentes de aumento geral da igualdade entre as pessoas (Sawaia, 1999). Assim, o imigrante excluído não está à margem da sociedade, mas sim é produto da mesma e sofre nesse estado e no processo de inclusão. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural. O imigrante excluído é, portanto, segregado e impedido do sentimento de apropriação de seu espaço. Desse modo, promover reconhecimento também é promover sentimento de apropriação do território físico da cidade.

É nessa importância que entendemos que os grupos de pessoas impedidas de fazerem valer seus direitos e sua condição cidadã articulam alternativas à pobreza e ao rompimento da filiação social de lutas por reconhecimento. As demandas por reconhecimento são uma das marcas dos movimentos sociais contemporâneos ligados a identidades sociais como gênero, etnia/raça e orientação sexual (Honneth, 2003). Vemos em outras pesquisas que territórios periféricos das grandes cidades brasileiras têm procurado criar identidades sociais de resistência (Castells, 1999). Esse movimento pode ser compreendido como um incremento de interações sociais em três categorias: autoestima, autorrespeito e autoconsideração (Anderson & Honneth, 2005). Consideramos, portanto, estas categorias os aspectos psicossociais do reconhecimento.

O território aparece como espaço fundamental para manifestação da identidade subjetiva de pessoas e grupos identificados por diversas condições. Desse modo, surge como ato de personalizar e definir o espaço territorial por meio de marcas pessoais que indicam e fomentam a sensação de pertencimento (Harvey, 2012). Tendo em vista que esse grupo se insere no meio social urbano e que, em decorrência, recriam-se como indivíduos ao criar e experienciar a cidade – mesmo que sem consciência bem definida da natureza de sua tarefa (Park, 1967), emerge a necessidade de pensar que a cidade almejada não pode ser distinguida dos tipos de pessoas que nela se desenvolverão (Harvey, 2012). A cidade como organismo a serviço da absorção do excedente de produção capital remete a análise de suas transformações e seus modelos históricos como a Paris de Haussmann e a Nova York de Moses (Harvey, 2012). Nesse modelo, a cidade aparece como instância passiva de interferência do poder do capital fortemente associado ao Estado (Lefebvre, 1974). O direito à cidade aparece, portanto, muito mais do que ao acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os mais profundos desejos subjetivos.

Surge no âmbito da problemática do estrangulamento do acesso a direitos, a ideia de cidades rebeldes. Isto é, inserido na lógica de produção das relações, a cidade –especialmente o engendro urbano- é estruturada e continuamente rearranjada a fim de absorver os excedentes de produção. Tal instância de organização forçosamente compele o indivíduo a colocar-se a mercê à expropriação de sua força de trabalho (mais valia), às rápidas e dinâmicas transformações do arranjo urbano levando a índices graves de descontentamento e ansiedade e forte sentimento de desapropriação de seu capital cultural (Honneth, 2003). Esse processo é, sinteticamente, o maquinário manipulativo da geração do sentimento de reificação. Cidade Rebelde surge então,

como equivalente a reivindicação de algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização. É nesse cenário em que descreve a importância da criação conjunta com agentes sociais de diretrizes para políticas que promovam autonomia e sentimento de pertença para a população desprovida composta por imigrantes atuantes nas feiras livres da cidade de São Paulo, mas tendo em vista que a transmutação de direito em favor reforça o processo de exclusão:

A cultura da tutela e do apadrinhamento, tão enraizada no cenário brasileiro, nada mais é que a ratificação da exclusão e da subalternização dos chamados beneficiários das políticas públicas. Por mais que discusemos sobre o ‘direito’, na prática, os serviços das diversas políticas públicas, ainda se apresentam aos excluídos e subordinados como um “favor” das elites dominantes (Carvalho, 1995).

É, justamente, como o trecho supracitado que entendemos que essa pesquisa tem que caminhar com a perspectiva de que o trabalho de combate à exclusão tem, ainda, que promover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia da vida dos cidadãos. Nesse sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, brutais em nosso país, é um dos muitos desafios colocados.

1.2. Discussões fundamentais

1.2.1. Os circuitos superiores e inferiores da economia global e a importância do comércio ambulante

Milton Santos (2004), em seu livro intitulado *O Espaço Dividido - Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*, discute a divisão do espaço público nos países subdesenvolvido. Para o autor, as teorias que prestam a explicar a organização urbana desses países se fundamentam em olhares externos aos mesmos, e muitas vezes de forma incompleta e injusta. Essa crítica toma corpo na medida em que o autor nos mostra que o olhar dessas teorias usa de referências leituras a realidade dos países ocidentais e desenvolvidos (Sato, 2012). Segundo Santos (2004), é necessário:

substituir essa aplicação irrefletida de conceitos ocidentais e essa obsessão de comparação com as situações do mundo desenvolvido por uma dimensão mais justa, a histórica, que leve primeiro à compreensão do processo de subdesenvolvimento (p. 18).

Sato (2012) faz importante leitura sobre essa citação quando nos diz que, na avaliação de Milton Santos,

tais teorias não conseguiriam alcançar a substância de tais sociedades, restringindo-se apenas a adjectivá-las: cidades propulsoras e cidades parasitárias; cidade pré-industrial; superurbanização; hiperurbanização; urbanização primária e urbanização madura; metrópole não madura, dentre outras (p. 45).

Santos (2004) faz preferência para a manutenção do termo “países subdesenvolvidos”. Isto porque, em sua avaliação, o termo “países em desenvolvimento” é uma concepção a-histórica que nos confunde e dá a impressão de que estamos no “terceiro mundo” prestes a nos tornar “primeiro mundo”. Pensando as características particulares do terceiro mundo, o autor, ao se debruçar sobre o tema da organização do espaço, diz que ele se organiza e se reorganiza a partir de outros interesses que os do “primeiro mundo”, e, mais recorrentemente, em escala mundial. E, diferentemente, também, as forças de transformação não impactam de forma maciça, outrossim, de forma aguda e localizada. Dessa forma, pode-se caracterizar os espaços dos países subdesenvolvidos como “descontínuos e instáveis” e “submetidos e pressionados por múltiplas influências e polarização oriundas de diferentes níveis de decisão” (Santos, 2004, p. 21).

Quando o autor argumenta sobre a impossibilidade de se estudar as cidades de países subdesenvolvidos como uma “máquina maciça”, ele a justifica dizendo que outra característica típica desses centros é a grande desigualdade de renda entre os segmentos sociais e a diferença do poder de consumo.

Como nos mostra Sato (2012), a tese do autor se articula a partir do conceito chave chamado “seletividade do espaço”. Este conceito conversa com outro chamado “circuitos

econômicos”. Dessa forma, os circuitos econômicos se dão, particularmente, de acordo com as diferenças observadas nos quesitos econômico e social (e suas diferenças geográficas e individuais), como também pressões para a modernização.

É nessa toada em que Santos (2004) nos apresenta uma “Teoria dos Circuitos da Economia Espacial”. Nela há dois circuitos: o superior/moderno e o inferior. O primeiro trata de características de tecnologia, modernização, fluidez, flexibilidade, concentração de renda, distante do cenário da população pobre e pelo monopólio. Já o segundo, por sua vez, é entendido como aquele de atividades de pequena dimensão, atuando a camada mais pobre da população, mantendo vínculos profundos com a comunidade, seu território e região. Assim, cada circuito forma um sistema. Mais precisamente, um subsistema do sistema urbano (Santos, 1978, p.16).

O circuito superior, diferentemente do inferior, foi objeto constante de pesquisas de várias ordens (econômicas e geográficas) a ponto de ser confundido com a cidade inteira. Mas o fato é que há uma caracterização bastante diferente entre eles. Isso porque o circuito inferior traz consigo a atividade “não moderna”, “a pequena produção manufatureira, artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de várias ordens”. Nele, reside a dimensão comercial estreita que opera com pequenas quantidades (Santos, 2004).

Pensando em caracterizações de cada um dos circuitos, o primeiro pode ser tipificado por atividades de grande capital, como “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (Santos, 2004, p. 40). O segundo por sua vez, por “formas de fabricação no ‘capital intensivo’, pelos serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (Santos, 2004, p.40).

Sato (2012) levanta na obra de Milton Santos para ilustrar as diferenças particulares de cada um desses circuitos, ainda, muito perspicaz, leva-nos a perceber o fato de eles manterem relações e intercâmbios fundamentais para a manutenção de ambos. Assim, Santos (2004) nos apresenta um modelo em que há permeabilidade de acesso de segmentos das populações entre os circuitos. Isso no que tange a consumo, trabalho e atividades transitórias entre as pessoas entre os dois.

Para que pensemos o funcionamento de um circuito, faz-se necessário que se entenda sua definição a partir de duas dimensões, em que se considera o contexto no qual a atividade é exercida; e o perfil da população ligada à atividade, tanto pelo trabalho como pelo tipo de consumo, os produtos ofertados, bem como os serviços. Em outras palavras, é preciso enxergar qual lugar da

cidade ocupa, o perfil de quem frequenta esses espaços, o vínculo das pessoas ao lastro social e capital afetivo cultural presente, e o que há nesse lugar para ser consumido.

É nesse arranjo do circuito inferior que se insere o comércio ambulante. Nela está presente conteúdo indispensável para se pensar o arranjo urbano, e é organizada de forma indissociável da lógica que serve de cerne para a organização do capital na região urbana. Como nos aponta Harvey (2012), as cidades se desenvolvem a partir de uma lógica que propicie a absorção do excedente de produção de capital. Nesse sentido, é prudente ter em perspectiva que o tipo de comércio presente em cada uma das localidades em que ela ocorre na cidade de São Paulo se dá com funcionalidade dupla (é dualógica): movimentar a economia local, atuando como fonte de trabalho, emprego e renda para parte significativa da população; e, simultaneamente, absorver a grande produção feita pelo grande capital, além de alguns excedentes do circuito superior.

É por essa importância rica em detalhes, conteúdo e por evidenciar a especificidade das economias urbanas em países subdesenvolvidos que o trabalho ambulante se constitui como importante elemento de estudo. Além disso, Figueiredo (2016) nos mostra que é, justamente no trabalho ambulante, que a interdependência dos circuitos superior e inferior aparece. Isso porque é nela em que

Trabalhar como ambulante envolve uma série de gastos diários, mensais e anuais (...) Destacam-se o pagamento ao rapaz que faz o traslado das bancas entre o seu ponto de vendas e o estacionamento, a despesa com custos da máquina de cartão – que é mantida por algumas pessoas em decorrência da compreensão de que aceitar cartão potencializa a chance de vendas (p. 50).

Não obstante essa qualidade, o fato de o comércio ambulante ocupar um extenso importante no bairro, inexoravelmente, elas também se fazem presentes nas regiões onde há maior acúmulo de capital, propiciando a interação e possibilidade de troca comercial entre os ambulantes e a população residente ou que busca oportunidades de comércio nessas áreas típicas do bairro. Com essa forma de existir no espaço urbano, o circuito inferior é aquele que possibilita sobrevivência, na medida em que o superior é o que traciona o acúmulo de capital. Essa qualidade

do arranjo que orienta e serve de cerne organizador das atividades econômicas do circuito inferior é de suma importância para se pensar aspectos do comércio ambulante.

O circuito superior controla a economia, geralmente, com aparelhamento do Estado. O inferior continua sendo importante por absorver o excedente de produção. Mas no que tange à cultura de consumo, de vínculos e relação interpessoal, é movimento de resistência e de conscientização do próprio exercício de consumo e ocupação do espaço urbano. Essa resistência, todavia, é paulatinamente enfraquecida. Esse enfraquecimento nos é apontado pelo estudo de Souza, Resende e Prado (2001), em que se mostra é que no momento pós Plano Real houve um aumento considerável de concentração de operações do varejo pelas grandes companhias de supermercado. A época podia-se contar cinco grandes (Carrefour, Pão de Açúcar, Sonae, Wal-Mart e SÉ). Estas cinco grandes empresas controlaram, após a transição de moeda a partir 1994, 37% de toda a operação em varejo, tendo um aumento de 77% de faturamento, e redução de 4% no número de empregados.

Outro desafio que o comércio ambulante enfrenta é o impacto sobre ele das mudanças dos usos dos espaços na metrópole. Para essa dinâmica, Milton Santos (2005) cunha a expressão “meio técnico-científico-informacional”. Esse conceito circunscreve o fenômeno dos espaços urbanos serem frequentemente marcados pela presença da ciência e da técnica. Essa presença se dá nos processos de remodelação do território, agora de interesse de apropriação da produção hegemônica.

Assim, sem distanciar-se de Harvey (2012), Sato (2012) chama atenção para a tendência à especialização do espaço urbano, em detrimento da continuidade de oferecimento de abundância de produtos, serviços e variedade de tipos de comércio.

É nesse espaço complexo, tensionado e plural que a principal faceta de interesse dessa pesquisa do comércio ambulante de imigrantes refugiados aparece: sua força no mercado de trabalho. Assim, destarte, é importante apontar para a dificuldade de obtenção de dados e estatísticas sobre o comércio ambulante -característica outra que é típica da atividade circunscrita no circuito inferior. Todavia, uma descrição é possível. Santos (2004) traz à tona características típicas do emprego nesse circuito, e o comércio ambulante não se faz diferente:

O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital.

O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar, como nos lembra McGee (1972a), e do trabalho autônomo ou ‘self employment’, é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa: mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana (p.54)

É nesse escopo de qualidades e características fundamentais para se pensar a organização da cidade e o trabalho no circuito inferior que o comércio ambulante aparece como componente fundamental na vida urbana e nos países subdesenvolvidos. Ela se oferece como instituição que acolhe a mão de obra e o consumo do pobre, do migrante e do “desqualificado” ao trabalho e consumo no circuito superior. Ela é exemplo sintético da vida da população.

1.2.2. Os aspectos fundamentais do trabalho ambulante

A pluralidade de disciplinas que se interessam em estudar a temática do trabalho ambulante nos remete ao fato de ela possibilitar o encontro e a remontagem de costumes de um povo e de uma época (Kozłowski, 1976). Esse ambiente é, portanto, território fértil para o produzir etnográfico. Segundo Oliveira, S. (2010), a condição ambulante é uma forma antiga de trocas que remonta a épocas pré-históricas, quando as pessoas viajavam de um lugar para outro. Obviamente, esse tipo de relação não é a mesma que se dá na atualidade capitalista, onde os sujeitos estão vendendo seus bens e serviços de forma ambulante. No Brasil, este tipo de trabalho tem uma longa história, que se estende desde a época dos índios até a atualidade.

Desde a época dos povos originários da América, esse aspecto ambulante de se estabelecer relações entre comunidades era uma forma importante de subsistência. Eles percorriam longas distâncias para trocar bens e serviços com outros grupos indígenas. Com a chegada dos colonizadores europeus no século XVI, essa relação ambulante adquiriu novos contornos, pois os colonos trouxeram consigo novos produtos e novas formas de comércio que começava a

caracterizar de forma capitalista este modelo relacional. Durante o período colonial, o trabalho se ambulante se instaura e passa a ser regulamentado por leis que visavam controlar o comércio e evitar a concorrência desleal. Por exemplo, os comerciantes ambulantes eram obrigados a pagar impostos e a seguir regras específicas quanto à apresentação de seus produtos e à conduta comercial.

Ainda nos contextualizando sobre a história do trabalho ambulante no Brasil, Oliveira (2010) aponta que no século XIX, com a Independência do Brasil e a abertura de novos mercados, o trabalho ambulante tornou-se ainda mais importante. Novos grupos de trabalhadores, como os ambulantes de rua, passaram a oferecer seus bens e serviços a uma população crescente. Além disso, com a chegada de imigrantes de diferentes países, o trabalho ambulante tornou-se ainda mais diversificado.

Na primeira metade do século XX, o trabalho ambulante continuou a crescer e a se diversificar. Com o aumento da urbanização, os ambulantes passaram a oferecer seus bens e serviços em áreas urbanas, como feiras, mercados e ruas movimentadas. No entanto, ainda enfrentavam muitos obstáculos, como a falta de regulamentação e a concorrência desleal de comerciantes estabelecidos.

Silva (2015) traz que na década de 1960, o trabalho ambulante foi regulamentado pela primeira vez no Brasil, com a promulgação da Lei nº 5.248, de 1967. A lei estabeleceu as regras para o funcionamento dos comércios ambulantes, incluindo a obrigatoriedade de registro e licenciamento. Além disso, estabeleceu medidas para garantir a segurança dos trabalhadores e dos consumidores, como a obrigatoriedade de inspeção sanitária dos produtos vendidos.

Desde então, o trabalho ambulante no Brasil tem experimentado mudanças significativas, com o surgimento de novas formas de comércio, como os feirantes de rua e os vendedores ambulantes de rua. Tendo em vista as dificuldades do universo do trabalho ambulante, Souza (2017) conta que mesmo no cenário supracitado, esse tipo de prática econômica ainda enfrenta muitos desafios, como a falta de infraestrutura adequada, a concorrência desleal e a falta de proteção aos direitos dos trabalhadores.

Em recentes anos, houve uma série de esforços para melhorar a situação dos trabalhadores ambulantes no Brasil. Por exemplo, várias cidades têm criado áreas específicas para os feirantes, como feiras livres e centros comerciais ambulantes. Além disso, houve uma série de iniciativas

para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos consumidores, incluindo campanhas de educação e inspeções sanitárias regulares.

Em conclusão, a história do trabalho ambulante no Brasil é rica e diversificada, abrangendo séculos de desenvolvimento e mudança. Embora ainda enfrente muitos desafios, o trabalho ambulante continua a ser uma forma importante de subsistência para muitos brasileiros e uma parte valiosa da economia e da cultura do país.

1.2.3. O trabalho ambulante na cidade de São Paulo

O trabalho ambulante em São Paulo tem uma história rica e diversificada, com muitas lutas e conquistas ao longo dos anos. Desde os tempos coloniais, o comércio ambulante tem sido uma forma importante de sustento para muitas pessoas na cidade. No entanto, ao longo do tempo, as autoridades passaram a ver esse tipo de trabalho com desconfiança e, às vezes, até mesmo com repulsa. Isso resultou em várias leis e regulamentos que restringiam ou proibiam o trabalho ambulante em certas áreas da cidade (Pamplona, 2013).

De acordo com Figueiredo (2016), o trabalho ambulante é um símbolo da informalidade e da falta de direitos dos trabalhadores. Ele foi muitas vezes combatido pelas autoridades como uma ameaça à ordem urbana e à moralidade pública. No entanto, mesmo com as restrições impostas, muitos ambulantes persistiram em suas atividades, vendendo seus produtos nas ruas e praças da cidade. Eles formaram uma importante rede de comércio e apoio mútuo, lutando juntos contra as adversidades (Souza, Coelho, Lima & Queiroz, 2014).

Nos anos 1970 e 1980, o movimento sindical de trabalhadores ambulantes ganhou força em São Paulo, liderado por grupos como o Movimento Nacional dos Trabalhadores Ambulantes (MNTA) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Esses grupos lutaram pela regularização do trabalho ambulante e pelos direitos dos trabalhadores, como acesso a serviços de saúde e educação (Goulart, 2012). Ainda segundo a mesma autora:

Esta vertente hegemônica, se põe na superfície das relações de produção, concentrando-se nas esferas de circulação e consumo, vislumbrando a capacidade de geração de renda ou “acumulação de capital”, sem aprofundar a análise do núcleo da relação capitalista que é a valorização

do capital através do trabalho produtivo e a expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora. Ao contrário, reconhecemos que há uma mudança estrutural na forma de ser do proletariado e que esta é decorrente da dinâmica da reestruturação produtiva e de suas formas de dominação políticas e ideológicas, necessárias à imposição de medidas neoliberais, visando a contenção da crise iniciada nos anos 70 (p.43).

Hoje, o trabalho ambulante continua sendo uma parte importante da economia de São Paulo, empregando milhares de pessoas e fornecendo uma ampla gama de produtos e serviços para a população. Enquanto isso, as lutas dos trabalhadores ambulantes por direitos e reconhecimento continuam, com novos desafios surgindo todos os dias (Figueiredo, 2016).

Em resumo, a história do trabalho ambulante em São Paulo é uma história de resistência e luta, com vários obstáculos sendo superados ao longo do tempo. Embora tenha havido restrições e desafios, os trabalhadores ambulantes têm persistido e se organizado para lutar pelos seus direitos.

Atualmente, há um esforço renovado para regularizar e valorizar o trabalho ambulante na cidade de São Paulo, com programas e políticas públicas sendo implementados para apoiar esses trabalhadores. A Prefeitura de São Paulo, por exemplo, tem trabalhado em colaboração com organizações de trabalhadores ambulantes para criar áreas específicas na cidade onde eles possam exercer suas atividades de maneira segura e organizada.

Além disso, grupos de trabalhadores ambulantes têm se unido para formar cooperativas e associações, o que lhes permite ter mais poder de negociação e acesso a recursos e apoio. Essas iniciativas têm ajudado a melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores ambulantes e a valorizar sua contribuição para a economia da cidade.

No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que os trabalhadores ambulantes tenham acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança no trabalho. É importante continuar lutando por esses direitos e valorizar o papel fundamental do trabalho ambulante na economia e na sociedade de São Paulo.

Para concluir, a história do trabalho ambulante em São Paulo é uma história de perseverança e coragem, com trabalhadores lutando contra desafios e adversidades para garantir o

seu lugar na sociedade. Embora haja ainda muito trabalho a ser feito, é importante reconhecer e valorizar a contribuição desses trabalhadores para a cidade e para o país.

1.2.4. O trabalho ambulante na cidade de São Paulo e os trabalhadores refugiados

O trabalho ambulante é uma forma importante de geração de renda para muitos refugiados que chegam à cidade de São Paulo, especialmente aqueles que enfrentam barreiras para acessar o mercado formal de trabalho. No entanto, este tipo de trabalho também está associado a condições precárias e à falta de proteção social.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), o Brasil é o país da América Latina que recebeu o maior número de refugiados em 2018, com mais de 15.000 pessoas. Muitos desses refugiados chegam à cidade de São Paulo em busca de oportunidades econômicas e sociais, mas muitas vezes enfrentam barreiras para acessar o mercado formal de trabalho, incluindo a falta de documentação e as barreiras linguísticas. Como resultado, muitos refugiados recorrem ao trabalho ambulante como uma forma de sobrevivência.

No entanto, o trabalho ambulante está frequentemente associado a condições precárias de trabalho, incluindo jornadas de trabalho extenuantes, baixos salários, falta de segurança no local de trabalho e ausência de proteção social. Além disso, os trabalhadores ambulantes, incluindo os refugiados, também enfrentam discriminação e estigma por parte da sociedade.

A falta de proteção social é um problema particularmente preocupante para os refugiados que trabalham como ambulantes em São Paulo. De acordo com o relatório “Refugiados no Brasil: Desafios e Oportunidades” (2015) da ACNUR, muitos refugiados enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos de saúde e educação, bem como para serem incluídos na economia formal. Isso significa que muitos refugiados que trabalham como ambulantes não têm acesso a proteção social, incluindo seguro-desemprego e aposentadoria, o que pode prejudicar sua capacidade de enfrentar situações de adversidade.

Apesar dos desafios enfrentados pelos refugiados que trabalham como ambulantes em São Paulo, existem algumas iniciativas que visam melhorar suas condições de vida e de trabalho. Por exemplo, a ACNUR tem trabalhado em colaboração com outras organizações para apoiar os refugiados na cidade de São Paulo, incluindo ajudando-os a obter documentação adequada e a

acessar o mercado formal de trabalho. Além disso, há grupos de apoio e organizações sem fins lucrativos que fornecem treinamento profissional, orientação jurídica e outros serviços para ajudar os refugiados a estabelecerem-se na cidade.

A prefeitura de São Paulo também tem feito esforços para melhorar as condições de trabalho dos refugiados que trabalham como ambulantes. Por exemplo, em 2019, a prefeitura lançou o programa "Empreendedorismo para Refugiados", que visa capacitar os refugiados com as habilidades necessárias para iniciar e expandir seus negócios, incluindo o trabalho ambulante. O programa também oferece orientação sobre questões fiscais, de segurança e de regulamentação, a fim de ajudar os refugiados a cumprir as leis e regulamentos aplicáveis.

No entanto, ainda há muito a ser feito para melhorar as condições de trabalho dos refugiados que trabalham como ambulantes na cidade de São Paulo. É importante destacar que muitos refugiados enfrentam barreiras para acessar serviços básicos e proteção social, bem como desafios para se estabelecerem e prosperarem na cidade. Portanto, é crucial que a prefeitura, as organizações sem fins lucrativos e outros atores relevantes trabalhem juntos para apoiar os refugiados e garantir que eles tenham as condições necessárias para alcançar sucesso e bem-estar na cidade de São Paulo.

1.2.5. O bairro do Brás, sua história e sua relação com o trabalho ambulante e refugiado

O Bairro do Brás, localizado na região central de São Paulo, é conhecido por sua rica história e sua importância econômica para a cidade. A região do Brás foi ocupada originalmente por indígenas, e mais tarde foi usada como terras agrícolas para plantações de café. No final do século XIX e início do século XX, o bairro começou a se desenvolver rapidamente como resultado da chegada de imigrantes europeus e da necessidade de ampliar a área urbana da cidade.

No começo do século XX, o Brás tornou-se um centro importante da indústria têxtil e de confecção de roupas, atraindo trabalhadores de todo o país e se tornando um bairro operário. Durante esse período, o bairro se tornou conhecido como um dos principais polos da moda no Brasil, com uma grande quantidade de lojas e ateliers de confecção de roupas.

Na década de 1970, o Brás começou a enfrentar problemas econômicos devido à concorrência de outras regiões, bem como à mudança de tendências na moda. No entanto, o bairro continuou a ser um importante centro comercial, especialmente para compras de atacado e varejo.

Na década de 1990, o Brás começou a passar por uma série de transformações urbanas, incluindo a revitalização de suas ruas e a construção de novos edifícios. Além disso, o bairro também passou a atrair novos negócios, como lojas de departamento, supermercados e shoppings centers.

Atualmente, o Bairro do Brás é conhecido como um importante centro comercial e de negócios, com uma grande quantidade de lojas, atacadistas e fabricantes de roupas. Além disso, o bairro também é uma importante área cultural, com uma rica tradição de artesanato e um vibrante cenário de teatro e música.

Em resumo, a história do Bairro do Brás é marcada por sua evolução econômica e urbana, bem como por sua importância cultural e comercial para a cidade de São Paulo. Além de sua importância comercial e cultural, o Bairro do Brás também é conhecido por sua diversidade e riqueza cultural. A região é habitada por uma ampla variedade de grupos étnicos e sociais, incluindo imigrantes europeus, japoneses, libaneses, chinês e nordestinos, entre outros. Essa diversidade é evidente nas ruas do bairro, que são repletas de lojas e estabelecimentos comerciais que vendem produtos e serviços de diversas partes do mundo. Além disso, o Bairro do Brás é também conhecido por sua vida noturna animada, com muitos bares, restaurantes e casas de shows.

Outra característica importante do Bairro do Brás é sua arquitetura e patrimônio histórico. A região possui uma ampla variedade de edifícios e ruas antigas, que remontam ao seu passado como centro da indústria têxtil. Algumas dessas construções foram restauradas e preservadas, tornando-se importantes exemplos da arquitetura e história da cidade.

No entanto, apesar de sua riqueza cultural e histórica, o Bairro do Brás também enfrenta desafios. A região é afetada por problemas comuns a muitas áreas urbanas, incluindo falta de infraestrutura, criminalidade e falta de moradias acessíveis.

Em resumo, o Bairro do Brás é uma região importante e diversificada de São Paulo, com uma rica história, cultura e patrimônio. Embora enfrente desafios, o bairro continua a ser um importante centro de negócios e cultura para a cidade.

Ainda, o bairro é conhecido por ser um importante ponto de comércio para trabalhadores ambulantes, muitos dos quais vendem suas mercadorias nas ruas da região. Esses trabalhadores

ambulantes são compostos por uma ampla gama de grupos étnicos e sociais, incluindo imigrantes de várias partes do mundo.

Além disso, o Bairro do Brás também é uma região importante para a presença de refugiados em São Paulo. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), há uma estimativa de cerca de 10.000 refugiados vivendo na região, vindos de países como Síria, Congo, Afeganistão e Venezuela.

Embora a presença de trabalhadores ambulantes e refugiados seja uma característica importante do Bairro do Brás, eles também enfrentam desafios, como dificuldades para obter moradia acessível, recursos e proteção legal. Alguns programas e organizações sociais trabalham para melhorar a vida desses grupos na região, fornecendo assistência e suporte, mas ainda insuficientes para atender a demanda de bem-estar e promoção de qualidade de vida aos atores locais. É sobre a importância desse aspecto na organização da rotina e do cotidiano desses trabalhadores que essa pesquisa focou.

1.2.6. As tensões entre os conceitos de Trabalho Decente e Trabalho Significativo

O escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT - International Labour Organization, em inglês) recomenda que se olhe para as condições de desigualdade social, informalidade, trabalho precário e vulnerabilidade psicossocial, com baixa oportunidade de trabalho decente e significativo para se estabelecer diretrizes que busquem a implementação de trabalho decente. Todavia como nos mostra Ribeiro, Silva e Figueiredo (2016) em seu artigo intitulado *Discussing the Notion of Decent Work: Senses os Working for a Group of Brazilians Workers without College Education*, a ideia de construção de uma definição de trabalho decente não tem substância universal para isso. Como alternativa, seria preferível pensar, a partir de uma construção social, em discursos, narrativas e práticas produzidas através de processos relacionais que deem sentido e significado para o trabalho. Segundo os autores, o exame de narrativas e discursos é uma importante estratégia metodológica para entender a realidade sócio-ocupacional do Brasil. Assim esse estudo confrontou o conteúdo presente da narrativa de 20 trabalhadores urbanos, no que diz respeito ao desejo de cada um deles em relação aos vínculos empregatícios e a definição de trabalho decente para a OIT.

O resultado dessa pesquisa apontou para o fato de esses trabalhadores buscarem por salários justos, proteção social, segurança e oportunidades de desenvolvimento pessoal, justamente como orienta a OIT. Todavia, há uma discrepância importante: a origem dessas garantias não é oriunda do Estado, outrossim de vínculos estabelecidos com fontes informais de vínculos de trabalho, como família e relações comunitárias.

Tendo em vista que, como aponta o último estudo da Agência da Organização Mundial das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), publicado no dia 30 de Maio de 2019, 70% dos refugiados residentes no Brasil não têm curso superior, e mesmo os que detêm enfrentam enormes dificuldades para validar seus diplomas, o ingresso no circuito inferior da economia definido por Santos (2004) é estratégia inexorável no processo de interiorização na sociedade brasileira em busca de oportunidades de trabalho. Dessa forma, a importância de vínculos informais de trabalho aparece com substancial importância, na medida em que eles também promovem oportunidades de trabalho, bem como proteção social; onde a qualificação superior é substituída por aprendizagem prática construída na troca com colegas mais experientes (Ribeiro, Silva & Figueiredo, 2016).

Dessa forma, a oportunidade de manter-se trabalhando, tanto no universo da formalidade do trabalho, quanto no mercado informal, direciona o trabalhador para segurança e sucesso. Além, a possibilidade de fazer escolhas e deter controle sobre sua própria vida leva o trabalhador ao desenvolvimento pessoal e ocupacional.

Tendo em vista a ausência de garantias do Estado para a promoção de trabalho decente, resta a comunidade e aos tipos de vínculos típicos do circuito inferior da economia urbana garantir sentido, proteção e significado para trabalho. Nesse desafio, o resultado apontado pela pesquisa é de que em contextos de vulnerabilidade e absentismo do Estado, os princípios supracitados de salários justos, proteção social, segurança e oportunidade de desenvolvimento pessoal são construídos na comunidade, o que gera formas distintas de trabalho decente. É nessa toada que o comércio ambulante aparece como prática possibilitadora de acesso a essa sensação e significado de trabalho para os migrantes na cidade de São Paulo.

1.3. Objetivo geral

Por meio de registros fotográficos do cotidiano do trabalho ambulante de refugiados e imigrantes no bairro do Brás, na cidade de São Paulo, esta pesquisa visa que tais registros sirvam para subsidiar o entendimento de como vínculos de trabalho estabelecidos entre e com imigrantes atuantes neste bairro se dão e se estas atuações são potências no sentido de promover melhoria na qualidade de vida dos atores sociais desses eventos.

2.A PESQUISA, MATERIAL, MÉTODO E REFLEXÕES

2.1. A fotografia como método de pesquisa

A Fotografia aparece como método de pesquisa, como justifica John Collier Jr. (1973), na medida em que “por razões diversas, os homens de hoje não são bons observadores e a grande capacidade de penetração da câmera pode ajudar-nos a ver de mais e de forma mais acurada” (p. 1), e “a grande capacidade da câmera pode ajudar-nos a ver de forma mais acurada. A máquina fotográfica não se apresenta como um remédio para nossas limitações visuais, mas como um auxiliar para a nossa percepção” (p. 1).

Assim, para poder integrar propriamente a função da câmera fotográfica na pesquisa, faz-se necessário, previamente, que se dê atenção para o fenômeno da observação humana. John Collier Jr. (1973) nos aponta para a importância de se reconhecer os problemas da percepção. Isto é, requer-se empenho para observar seguramente culturas, observar visualmente culturas em sua complexidade de detalhes postas no cotidiano. Assim, a natureza fragmentada do cotidiano da vida moderna torna essa imersão na cultura uma tarefa difícil para o observador. Na medida em que a modernidade nos desconecta do plano do todo -dado que nos envolvemos, comumente, com uma parcela de tudo o que nos circunda-, é necessária muita atenção para poder integrar a percepção ao todo.

A máquina fotográfica aparece como dispositivo a auxiliar à percepção do observador, na medida em que ela opera como uma “extensão instrumental de nossos sentidos(...)” (Collier Jr., 1973, p.3). Entretanto, ela tem suas limitações porque, em si, é pouco especializada para registrar na escala de abstração mais baixa possível. Isto é, na medida em que se pode focar em registrar algo que salte à percepção, consigo, esse registro traz elementos outros -imensuráveis- que enriquecem a captação do momento com elementos outros, inicialmente ignorados - ou não levados em conta no momento do “*clic*”.

O uso da fotografia como método de observação data de muito tempo, passando por observações desde Leonardo da Vinci, a *câmera obscura*, o *daguerreótipo* inventado por Louis Daguerre (oficialmente o primeiro a introduzir a fotografia no mundo, em 1837), até as atuais máquinas digitais presentes até mesmo em aparelhos de telefonia. A importância do desenvolvimento da fotografia reside no fato de, uma vez estabelecida como método prático, móvel e rápido de registro, possibilitar a captura de imagens humanas, para além de meras perspectivas e princípios da luz para estudos somente físicos ou estético-artístico. Esse processo, em suma, coloca a fotografia

como ferramenta para investigar trejeitos do cotidiano humano e social. Isto, na medida em que ele nos auxiliou na superação de um problema persistente nos séculos passados de perceber e entender os outros como eles “realmente” são. Assim, o entendimento de que fotografia era um fenômeno óptico, e não artístico, fomentou confiança em se poder ver o mundo como ele realmente é, uma vez que suas imagens são produzidas por luz real e natural (quando em ambiente aberto e inserida na captação de imagens “puras” - processo distinto dos estúdios e fotografias manipuladas muito frequentes após a utilização dessa ferramenta por parte de vertentes do capitalismo). Para o autor supracitado:

o que torna válidos esses documentos é o processo imparcial de visão da câmara pois, uma vez editados, eles contêm um número suficiente de verdades não verbais que permitem ao espectador reconstruir a realidade esquemática e formar conceitos apoiados no que reconhecem como evidência válida (Collier Jr., 1973, p.5).

Assim, a fotografia aparece como aspecto da realidade, na medida em que compartilhamos, socialmente, de uma linguagem fotográfica e nos comunicamos por ela, facilitando a comunicação e o entendimento inter e transculturalmente. É justamente nessa qualidade do advento fotográfico que se apoia o motivo da câmera como importante instrumento fotográfico.

A câmera como instrumento automático se diferencia dos demais porque apesar do funcionamento mecânico, ela exige sensibilidade do observador humano. Outras vantagens à pesquisa participante que a câmera nos oferece são o asseguramento da observação comparada de um acontecimento tantas vezes quanto for necessária, estendendo a análise crítica; e também como memória visual, permitindo comparação e identificação numa situação de mudança cultural.

John Cullier Jr. (1957) em seu artigo intitulado: “*Photography and Anthropology: a report on two experiments*”, juntamente a Cf. Allan Sekula (1975) em seu artigo: “*On the invention of photographic meaning*” nos apresentam a condição de que sociedade ocidental se tornou visual antes de tudo. Assim, parte da comunicação tácita e transmissão de conteúdos mais diversos se dão através da imagem. Dessa forma, acompanhando os processos sociais e objeto de suas investigações, as disciplinas investidas nesse tipo de investigação vêm, segundo José de Souza Martins (2008), buscando “uma fonte que documentasse o que os instrumentos usuais e já

tradicionais de pesquisa não documentam ou documentam insuficientemente, uma novidade mágica na revelação de dimensões novas e inesperadas da realidade social” (p. 9). Contudo, sempre preocupada com “a invasão da subjetividade do pesquisador na formulação e na investigação de seu tema de pesquisa” (p. 9).

No universo de pesquisa social em que a dinâmica e rapidez dos eventos culturais se transmutam, uma ferramenta que não necessite de uma temporalidade longa para coletar informações do meio e do lugar dos atores do objeto de pesquisa, o visual se torna cada vez mais documento e instrumento indispensável na leitura dos fatos e dos fenômenos sociais.

Dessa forma, a entrada da imagem no universo dessas disciplinas abre um amplo terreno para experimentos que enriquecem o conhecimento produzido por essas ciências, simultaneamente nos conscientizando das limitações outras de técnicas já conhecidas e consagradas. Como nos aponta Martins (2008), quando Oscar Lewis, em seu estudo sobre famílias mexicanas, recorta a intensidade dramática do cotidiano como tempo social da sua observação, ele recorre a um tempo que é intensamente impregnado por visualidade. É factual pensar, portanto, que há uma insuficiência da palavra como documento de consciência social; e que a fotografia tem a mesma dificuldade de se tornar documento social em termos absoluto. Em outras palavras, as barreiras faceadas pela pesquisa fotográfica são, em alguma medida, as mesmas de insuficiência encontradas pela palavra falada, o depoimento, a entrevista, quando buscam prover termos absolutos do fenômeno social. A fotografia, assim aparece como ferramenta complementar, mas não somente -e absolutamente não, meramente, auxiliar- da pesquisa social.

Um dos fenômenos que chama muita atenção no produto da pesquisa de Lewis (1965) é que mesmo se tratando de uma pesquisa participante -como esta o é-, ele não aparenta visibilidade, como se estivesse escondido atrás da câmera, e possibilitando que ela chamasse atenção, propiciando espontaneidade aos atores na cena.

Para a pesquisa psicossocial em Psicologia Social-cerne desta pesquisa-, o tema da presença da fotografia aparece conjuntamente com outros aspectos particulares a esse modelo de produzir conhecimento e de abordar o campo e seus atores. nesta medida, a fotografia aparece para a psicologia social, segundo a autora Jaqueline Tittoni (2009), como fazer que compõem a experiência cotidiana, ampliando o campo restrito dos operadores. Nesse sentido, o fotografar aparece, na pesquisa, como uma prática que modula formas de existência, por sua capacidade de registrar, armazenar, manipular e produzir vida cotidiana na forma de registros instantâneos e

descontínuos. Essa leitura traz à tona um existir em um mundo-mosaico, como nos relata Flusser (2002), ao descrever a fotografia com prática que implica em “viver, conhecer, valorar e agir em função das fotografias” (p. 66), promovendo, para além de um olhar restrito ao ponto de vista somente fotográfico, um modo de vida que se produz pelas mudanças do olhar. Esta prática quando adotada pela produção acadêmica oportuna um fazer com olhares de diferentes “pontos de vista”. Como nos explica Tittoni (2009, p. 12),

As transformações trazidas pelas “tecnologias do olhar”, indicam, assim, a potencialidade da fotografia e sua inscrição potente na história da sociedade moderna e contemporânea. A possibilidade de ampliar a visibilidade, de registrar, recriando espacialidades e de fixar, de modo a jogar com as impossibilidades do tempo, já indicam alguns elementos que produzem esta capacidade de resistir, ela mesma, durar, apesar das transformações da sociedade.

Essas transformações, portanto, criam visibilidades que duram, como uma memória visual que pode ser compartilhada e olhada de inúmeras formas, tanto pelos atores quanto por aqueles que observam a imagem captada. Assim, diferentemente do usual, a fotografia condensa na sua possibilidade de captar momentos mais do que impressões, mas aspectos do modo de vida presente na imagem que são registros da sociedade compartilhada de outra forma.

Em suma, a importância da imagem fotográfica para a pesquisa psicossocial reside no caráter ambíguo e enigmático da fotografia, no sentido em que ela se mostra como instrumento capaz de reproduzir ao infinito e conservar imagens do real, simultaneamente a criar mundos imaginários e dar “locução” imagética aos atores. Isto é, a fotografia, em sua complexa amálgama de possibilidades, proporciona maior ou menor participação do pesquisador; não obstante, oferece mais espaço de elucidação dos atores participantes, ao passo que faz um registro fiel da cena social em que se apresenta o momento da pesquisa.

2.2. Questões sobre a pesquisa tendo a fotografia como instrumento

A fotoetnografia é um instrumento valioso de registro que proporciona a captação de elementos do cenário de atuação do pesquisador e, também, a espontaneidade dos participantes do estudo, na medida em que não é requerida nenhuma preparação anterior ao registro *per se*. Nesta medida, imagina-se que o trabalho de criação de uma fotoetnografia dispõe de um *labor* menos complexo, onde não há a necessidade de preparação de um *setting* apropriado para a manifestação do objeto de pesquisa. Todavia, essa assunção se mostrou bastante equivocada, durante o trabalho de campo. Qual não foi a surpresa ao perceber o acúmulo dos trabalhadores ambulantes nos momentos dos registros.

Antes de aprofundar sobre essa questão, se fez imperativo que o pesquisador percebesse que seu instrumento de registro era percebido como um que documenta para além da volição do participante. Nesta medida, foi necessário transferir a máquina fotográfica do primeiro espaço colocado. Isto é, como mera ferramenta para coleta. A máquina fotográfica e a própria fotografia passaram a ocupar o lugar de instrumento que produz “autonomamente”.

Para entender a qualidade e o produto dessa produção autônoma, o trabalho empático foi imprescindível. Há de se entender que o ambulante refugiado não dispõe de garantias e certificações que o autorizem à prática econômica que ele exerce. Assim, todo registro feito de sua atuação é, em sua potência, uma evidência de prática ilegal. Esse efeito fez com que a pesquisa de campo habitasse um lugar iatrogênico no imaginário dos participantes.

Se havia, na intenção do registro a promoção de bem-estar, apropriação e orientação para melhores políticas-públicas da vida e cotidiano de imigrantes e refugiados que trabalhem com o comércio ambulante, o que foi notado é que o cerne orientador desses vínculos estabelecidos entre e com eles era justamente o que menos poderia ser evidenciado pelos registros fotográficos. Dessa forma o que apareceu foram comportamentos que visam, justamente, esconder, aqui que mais importava para a pesquisa.

Em conversa não autorizada formalmente às publicações por um dos participantes que preferiu não ter seu nome atribuído às quaisquer produções desta pesquisa, apareceu a narrativa – esta sim autorizada – de que registros da qualidade de uma fotografia ou um depoimento “assinado” seria prova cabal de práticas ilegais que, potencialmente, o colocaria a mercê do poder

público e, provavelmente, acarretaria em consequências graves para ele, seus pares, familiares e demais relações interpessoais.

Nesta coleta de narrativa, outro participante – que também preferiu não ser identificado de qualquer maneira – contou que muitas das suas práticas para complementação de renda era ainda “menos legais” dos que o comércio ambulante e, por isso, fazer registros das conversas e da comunidade que orbita a troca comercial de produtos no varejo ambulante, eventualmente, também destacaria e assinalaria transações relacionadas ao tráfico de drogas, trabalho ilegal e dinheiro estrangeiro.

A estratégia adotada pelo pesquisador, após a apresentação dessas “impertinências” à pesquisa, foi garantir que seus rostos e demais características que os identificassem ficariam garantidamente fora de qualquer publicação. O desenrolar da adoção dessa estratégia consistiu em, inicialmente, avisar que seriam feitos e mostrar todos os registros aos participantes, além de excluir quaisquer que fizessem com que eles não ficassem confortáveis. Posteriormente e após 15 visitas ao local de atuação (bairro do Brás), o pesquisador conseguiu ter autonomia para os registros sem que esses tivessem que ser anteriormente anunciados, mas ainda optou em mostrá-los a todos os participantes.

2.3. A dimensão denotativa e conotativa da imagem fotográfica e a cena em que se fotografa

Punctum e *Studium* são dois conceitos que Roland Barthes (2008) usa em seu livro *Câmara clara* para descrever os dois elementos culturais da foto. Enquanto *Studium* se refere ao elemento da foto que gera o interesse geral ou “afeto médio”, ou seja, o fato de nos interessarmos por ela de uma maneira genérica e não específica (como costumamos fazer com fotos de jornais, p. ex.), o *Punctum* é a marca da foto que faz com que se crie alguma relação pessoal com ela por haver algum detalhe, alguma particularidade dela que nos marca e que faz, assim, que lembremos da foto, com que ela se torne algo que se prende à nossa memória. Nesse sentido, o *Punctum* “rasga” a homogeneidade do *Studium* por levar para além do interesse pela foto como algo genérico (e nesse sentido homogêneo), e nos faz perceber na foto algo de único, fazendo-nos reconhecê-la em singularidade e levando-nos a nos relacionar com ela como essa singularidade, ou, pode-se dizer, com esse *outro*, justamente.

O *Studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, onde se dá a compreensão da produção cultural da imagem, na medida em que ela se dá sob a égide de um constructo social compartilhado entre quem produz e quem consome. Esse conceito permite acompanhar a identificação de quem observa a imagem com o operador da foto, possibilitando, em alguma medida um reconhecimento.

Esse processo, segundo Roland Barthes (2008), é fundamental, na medida em que a fotografia é perigosa, e porque nessa interação se colocam os mitos de ambos os lados. Nesse sentido, o *Studium* permite que se concilie fotografia e sociedade, dada que a primeira é dotada de funções (informar, representar, surpreender, fazer significar, dar vontade; e se o espectador as reconhecer, nela ele pode investir seu *Studium*. Cria-se, portanto, um vínculo tácito e simbólico que dá sentido à imagem e à fotografia. Isto porque a última é:

contingência pura e só pode ser isso (é sempre alguma coisa que é representada) -ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão-, ela fornece de imediato esses “detalhes” que constituem o próprio material do saber etnológico (Barthes, 2008, p. 48).

Por isso da importância da criação de uma fotoetnografia que converse com os sentidos do trabalho para os sujeitos participantes.

2.4. O método empregado e os procedimentos

Este projeto segue uma perspectiva de pesquisa-ação ou pesquisa-participante, pois foca-se no compartilhamento de princípios para construção de conhecimentos. É uma metodologia coletiva e participativa, que busca o fortalecimento comunitário. A razão da escolha dessa modalidade de pesquisa é a implicação do pesquisador na construção dos pressupostos e da metodologia, além de seu envolvimento com o território e com os participantes do projeto. Esse tipo de pesquisa está comprometido com uma maior articulação entre teoria e prática para produção de conhecimento e solução de problemas. Durante esse tempo, se procurará promover e consolidar

espaços de fala, escuta, acolhimento e compartilhamento das experiências de reconhecimento e exclusão.

Juntamente ao método de análise, o próprio em relação a obtenção de material a ser analisado consiste em uma câmera fotográfica profissional Canon T7I com lente 18-55mm que será operada pelo próprio pesquisador. O material decorrente será analisado tanto pelo pesquisador, quanto por seu orientador.

O levantamento bibliográfico, o vínculo com as seguintes instituições: Portal Cosmópolis; Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); Conselho Nacional de Imigração (CNIg); Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) da SMDHC; o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP); o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI); o Museu do Imigrante, e a prefeitura da cidade de São Paulo. Além, o material fotográfico coletado e o acompanhamento dos atores das feiras subsidiarão o embasamento e aprofundamento das atividades do projeto, além de propiciar a análise de conteúdo das políticas que afetam os imigrantes residentes em centro de São Paulo, através da criação de uma fotoetnografia dessa população, em atuação de trabalho em feiras. Todas ações têm como objetivo fortalecer o embasamento para a construção de diretrizes para as políticas que promovam qualidade de vida aos sujeitos da pesquisa, visando consolidar práticas operadas por agentes sociais do próprio território. Para a discussão conceitual da pesquisa serão utilizadas publicações que abordam os temas: luta por reconhecimento, imigração, exclusão através do trabalho e fotoetnografia.

As fotografias a serem tiradas irão se articular a fim de trazer elementos necessário para a construção de uma fotoetnografia. Desse modo, mais do que retratos de imigrantes trabalhando de forma ambulante, o olhar que orienta o registro fotográfico busca também evidenciar elementos da cena que contam sobre a história e detalham a atividade dos participantes. É nesse sentido que durante o registro no bairro do Brás, buscou-se compreender como como a comunidade refugiada se organiza, quem frequenta como consumidor, o papel da família dos ambulantes, a qualidade dos vínculos de trabalho que se organizam e como estes o fazem, também o material ofertado por esses trabalhadores.

É ululante que o acesso a essa qualidade de cena fica dependente de uma relação previamente estabelecida pelo pesquisador com os atores do território. Assim, além das visitas já feitas ao território, o pesquisador, no momento dos registros, uma apresentação do projeto dessa

pesquisa foi sempre apresentado. Essa apresentação propicia que os participantes narrem suas histórias, trazendo a memória afetiva dos tipos comercializados, sua importância, significado e história (étnica e individual).

2.5. Método de análise

Em um estudo fotográfico em que os atores do território foram obrigados a manter o anonimato, foi apresentado um método que, como já referido, foi adaptado aos métodos indiretos. A análise das atividades de trabalho é baseada, assim, em marcadores do trabalho e não propriamente na observação direta. Essa estratégia metodológica resulta na substituição de observadores do próprio trabalho pelos trabalhadores. Há uma reviravolta: o trabalhador é elevado para observar seu próprio trabalho e se estabelecer como protagonista da análise, colocando o pesquisador em psicologia do trabalho como coadjuvante e somente como uma das ferramentas mediadoras da análise.

Dessa forma, o pesquisador se torna mero interlocutor e o trabalhador toma em si a agência para o protagonismo para criar o que será registrado e se servir de seus próprios recursos de ação. Tendo a atividade como unidade de análise, buscamos estabelecer um diálogo que gere o desenvolvimento de recursos para o trabalho individual e coletivo.

Introduzir novos interlocutores, no caso pesquisadores, em debates sobre o trabalho, traz à cena questões inusitadas, mobiliza recursos até então insuspeitos e estimula a invenção de novas formas de fazer. A análise do trabalho, assim realizada, é uma experiência nova para o trabalhador, decorrente da atividade de análise da experiência anterior. Os meios de ação são desenvolvidos na atividade. Assim, “a própria análise da atividade é a atividade da atividade, na qual se observa o processo de desenvolvimento e ampliação da potência de ação dos trabalhadores sobre seu trabalho” (Clot, 2006, 2010).

A análise das atividades constitui um diálogo estabelecido entre os trabalhadores e seu trabalho, entre vários trabalhadores e entre trabalhadores e pesquisadores. Há também o diálogo que se estabelece entre o trabalhador e ele mesmo, um diálogo interior em que o trabalhador busca a melhor forma de envolver seu interlocutor e fazê-lo compreender sua forma de fazer as coisas. Nesse diálogo virtual e interno, o coletivo surge como uma medida de como os ofícios historicamente identificados como relevantes geralmente operam. A qualidade da atividade

profissional aparece, assim, como um dos interlocutores da própria atividade. Isto é, cada olhar sobre o próprio *labor*, é um olhar sobre a história e identidade desse fazer do trabalho

O trabalho é um diálogo, e a análise das atividades cria esse diálogo interno entre os trabalhadores. Há também um diálogo entre trabalhadores e pesquisadores que ocorre paralelamente ao diálogo entre diferentes trabalhadores. Ambos os diálogos envolvem um tipo de comunicação que envolve ambas as partes procurando maneiras de interagir e entender seus métodos. Esse diálogo interno ajuda a definir como os ofícios historicamente conhecidos como relevantes funcionam por meio de uma aparência coletiva.

Um dos propósitos de uma atividade profissional é comunicar o seu significado aos outros. É por isso que uma profissão sempre envolve estudar e entender sua história e identidade. A forma como as pessoas respondem a este trabalho como uma ferramenta de comportamento simbólico também é essencial para o seu significado. A natureza tácita do trabalho é que todos os envolvidos conhecem, veem e entendem as regras ditas e não ditas que definem seu ambiente de trabalho. Essas diretrizes comuns persistem dia e noite sem flutuação. Os trabalhadores entendem sem precisar implementar uma nova política sempre que uma nova função é necessária. Eles conseguem isso confiando em suposições compartilhadas sobre o que deve ser feito. Isso ocorre porque o trabalho contém conflito perpétuo.

A análise começa com a experiência de trabalho específica do trabalhador. Isso leva a uma compreensão da profissão de baixo para cima, que é então discutida tanto pelo conhecimento acadêmico quanto pelo conhecimento empírico. Como a análise precisa considerar as experiências dos trabalhadores, a análise do trabalho deve começar com essa experiência específica. A análise pode agregar novas experiências à experiência de trabalho ao tratar o trabalho como objeto de estudo.

Os pesquisadores não sabem automaticamente as respostas quando pedem a analistas profissionais que analisem seu trabalho. Em vez disso, eles usam a presença do analista para destacar diferentes aspectos de seu trabalho. Isso pode evidenciar aspectos difíceis ou impossíveis do trabalho que eles precisam enfrentar.

Um pesquisador precisa observar, analisar e construir dados coletados durante a fase inicial desse tipo de pesquisa. Esse processo permite um diálogo contínuo entre o pesquisador e todos os envolvidos no vínculo por ele criado. Uma cena é um aspecto desta pesquisa que requer um trabalhador em sua atuação e o observar dessa aparente homogeneidade do fazer laboral cotidiano

que produz um conhecimento incomparável e alimenta um diálogo entre o observador e ele mesmo. Essa observação promove tanto a criação de conhecimento e autoexpressão para o observador quanto a curiosidade ativa. Acima de tudo, oferece uma oportunidade para o observado se comunicar com o observador, tentando expressar o que o observador pode ou não ter notado. Por causa disso, o observado tenta criar um reflexo dos verdadeiros desejos do observador - ou qualquer coisa que o observador tente manter escondido dele.

Durante esta sessão de pesquisa, as pessoas observam a si mesmas e a seus colegas com a presença de uma lente de câmera. Eles também observam os pesquisadores através de um modo reflexivo silencioso. O estímulo invisível que a câmera registra é o movimento da discussão e os pensamentos internos do indivíduo. Esta citação de um observador externo se alinha com outras teorias nas quais a conversa é retomada quando uma pessoa para de falar ou quebra o contato visual. As transformações da percepção levam a experiências de vida mais vibrantes. O que se observa é uma transformação da experiência vivida, tornando-a mais viva. Em suma, transformação e conscientização fazem parte de uma mesma ação em todas as etapas do método.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Forma de análise dos resultados fotoetnográficos e considerações sobre a qualidade das políticas públicas orientadas a trabalhadores ambulantes e refugiados na cidade de São Paulo

Pensando a partir da escolha da fotografia como ferramenta, algumas considerações requerem ser feitas. Para escrever um texto, é preciso não apenas ser claro sobre o que se quer dizer, mas também saber construí-lo com clareza, condição para dominar as habilidades do texto etnográfico. A mesma coisa acontece com a fotografia. Como Guran (1994) acertadamente aponta, sejam fotografias jornalísticas ou fotografias antropológicas – há espaço para inserir aqui pesquisas de psicologia social – o que se quer é que sejam válidas, que “*tenham o máximo de eficácia quando a transmissão da informação*” (Guran, 1994). Um nível de domínio técnico e uma decisão sobre o tipo de configuração utilizada são elementos implícitos no ato de fotografar.

Seja qual for o objetivo de uma fotografia – seja para pesquisa científica ou para fins jornalísticos – a decisão sobre como configurá-la é feita durante a atuação no campo. Restaurar uma fotografia mal tirada é difícil, como não é o caso de um caderno: mesmo que contenha notas trêmulas sobre o estilo narrativo, ainda pode ser uma fonte original de texto de alta qualidade.

Em textos etnográficos de alta qualidade, trechos e referências específicas ao trabalho analítico e interpretativo devem ser claramente transcritos. Personagens, etapas descritivas, sequência de eventos e detalhes não devem ser confundidos ou deturpados, o que levaria a um entendimento ruim da proposição pretendida. Há a necessidade de validade de um texto que precisa ser elaborado. Da mesma forma, acontece com o chamado uso ideal da linguagem da fotografia que pressupõe, em sua particularidade, a condição permanente de que, através do uso de uma determinada configuração (luz, diafragma, abertura, exposição, White-Balance, lente...), ou aproximações e desvios por decisão, dependendo das circunstâncias, aconteça a otimização do registro.

A fotografia, com a sua inerente fixidez, exige constantemente de quem a utiliza uma boa compreensão do jogo entre as várias camadas que pode conter. Quando a fotografia é proposta como mais um meio de descrição ou narrativa, rapidamente se seguem alertas de limitações, alertando que a fotografia é uma obra aberta que requer múltiplas leituras ou interpretações. A própria observação direta da realidade pode levar o pesquisador a erros de interpretação que não o levam além do óbvio imediatismo.

Segundo Geertz (1989), para poder descrever os acontecimentos em termos de "densidade", é necessário ver a cultura como um contexto, um contexto capaz de conferir significado. Do ponto de vista do autor, por assim dizer, para ser visto diretamente ou para as pessoas verem fotograficamente - como "recortes" - o contexto deve ser considerado em seu sentido mais amplo. O fotógrafo precisa absorver as questões culturais e sociais relevantes, assim como quem vê essas fotos precisa aceitá-las de forma contextualizada.

Canclini (1993) colocou a questão: “Diante de uma foto de um soldado correndo com uma arma na mão, quem pode dizer com certeza se é uma batalha ou um treinamento?”. Godolphim (1995) propôs como teste descobrir, diante de uma fotografia, a intenção do fotógrafo ao registrar dois homens, um branco com uniforme de policial e um negro sem uniforme de policial, ambos voltados para a mesma direção. direção para correr. É um policial perseguindo o criminoso ou dois policiais com o mesmo alvo (um fardado e outro não)? Esse exercício foi, na verdade, apenas uma propaganda da polícia britânica para "recrutar não-brancos para suas fileiras". Logo descobrimos que, ao gosto de Barthes (1984), o anúncio continha uma manchete, um texto que sugeria uma fotografia. Para Barthes, a informação fotográfica – como dito anteriormente – é de natureza indicativa, uma mensagem sem códigos, um signo de pistas superiores (Dubois, 1994).

O confronto repentino, seja confrontando a realidade diretamente, usando uma seleção específica de fotografias, ou uma passagem aleatória de um texto falado mais amplo, pode confundir e estimular imaginações criativas fora do tópico e pode levá-lo a uma realidade pouco respaldada no fato *per se*. O que essa qualidade de pesquisa requer, no sentido de Geertz (1989), é "o alargamento do universo do discurso humano".

Esta pesquisa visa ampliar o campo da narrativa e da interpretação. Com a fotoetnografia é possível construir textos imagéticos sobre outras culturas e realizar construções descritivas e narrativas. Narrativa no sentido mais amplo, como "conjunto organizado de significantes, cujos significados constituem uma história(...) que deve se desenrolar no tempo" (Aumont, 1993). As narrativas visuais serão enriquecidas, trazendo novas perspectivas, com “outra grafia” (Leal, 1986).

Obviamente, não vamos tentar fotografar cheiros, ditar melodias, assobiar poemas, muito menos cheirar imagens. Partindo da consciência das limitações do uso da imagem, busca-se buscar maneiras pelas quais o uso da imagem pode enriquecer o discurso dessa pesquisa.

Fotografias treinadas com um "olhar social" sensível à entrada do pesquisador em campo e contextualização adequada podem constituir bons planos descritivos isoladamente e, quando agrupados sequencialmente, expor narrativas eficazes.

Em consonância com o último estudo sobre trabalho ambulante em São Paulo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) de 2019, o trabalho ambulante na cidade de São Paulo é uma atividade econômica que tem sido cada vez mais comum nos últimos anos. Ele é realizado por pessoas que vendem produtos ou prestam serviços nas ruas e avenidas da cidade, sem a necessidade de um estabelecimento fixo. Este tipo de trabalho é importante porque proporciona renda e sustento para muitas pessoas, principalmente aquelas que não têm acesso a empregos formais. Além disso, o trabalho ambulante também contribui para a diversidade e variedade de opções de produtos e serviços disponíveis para a população.

No entanto, o trabalho ambulante também enfrenta vários desafios e obstáculos. Uma das principais questões é a falta de regulamentação e de políticas públicas que possam apoiar e proteger os trabalhadores ambulantes. Muitos deles trabalham sem condições seguras e sem proteção social, o que os coloca em risco de exploração e violência. Além disso, muitos ambulantes enfrentam a hostilidade e a repressão por parte da administração pública e da população, que os veem como uma ameaça para a ordem e a limpeza urbana.

Por essas razões, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), em um estudo de 2019 afirma ser importante a implementação de políticas públicas que possam regularizar e proteger o trabalho ambulante na cidade de São Paulo. Isso pode incluir medidas como a criação de espaços seguros e regulamentados para a realização desta atividade, a garantia de condições de trabalho adequadas e a oferta de serviços de saúde e segurança social para os trabalhadores ambulantes. Além disso, é importante que se promova a valorização e a inclusão destes trabalhadores na sociedade, reconhecendo sua importância e contribuição para a economia da cidade.

Foi realizada uma análise qualitativa dos resultados da pesquisa, ou seja, tendo em vista a hipótese teórica de que o acesso ao trabalho promove reconhecimento, levando em conta as transformações e o impacto das transformações sobre os sujeitos participantes no decorrer do tempo de pesquisa. Sob o aspecto da importância de qualidade das políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida e seguridade social de trabalhadores ambulantes em São Paulo, podemos considerar que ao pensar em como resolver o problema do comércio ambulante em São

Paulo, é preciso considerar que há mais de cem anos a prefeitura utiliza as mais diversas estratégias para lidar com esse problema.

Não se deve fingir que soluções de curto prazo, definitivas e únicas serão encontradas. Visões únicas e explícitas falharam, como “varrer os ambulantes dos centros das cidades” (a visão higiênica que dominou o início dos anos 2000) ou “libertar completamente os centros das cidades dos vendedores ambulantes” (argumento que as cidades devem se respeitar como são).

Importa que se mantenha em vista os valores subjetivos de identificação de toda *polis*, na medida em que é esse o processo que, propriamente, gera valor para identificação de imigrantes e nativos. Chegar a algum lugar significa necessariamente chegar a um espaço que tem identidade, valores, princípios, normas e, obviamente, um nome. É essa a busca que diferencia o turista do peregrino, como nos aponta Camus (1942). O primeiro busca encontrar um lugar preciso, ainda que com suas contradições e adversidades para se estabelecer, mas que ofereça uma constância na qual suas estruturas organizativas sejam o mais explícitas e inteligíveis possível para que se organize uma estratégia de adaptação daquele que chega e pretende permanecer.

É através dessa proposta de pesquisa que concilia a necessidade de uma coleta de dados que fale sobre o cotidiano do trabalho de comerciantes ambulantes refugiados com o olhar fotoetnográfico - que traz, em si, uma narrativa visual -, que as imagens registradas oferecem, a quem se propor olhar para elas em seu contexto supracitado nessa pesquisa, subsídio para a criação de uma narrativa que coloca esses trabalhadores no lugar de atores em um território, no qual seu sentimento de pertencimento se dá em caráter mais subjetivo do que propriamente estatístico.

3.2 As coletas de imagens e sua narrativa intrínseca e tácita.

3.2.1 O território













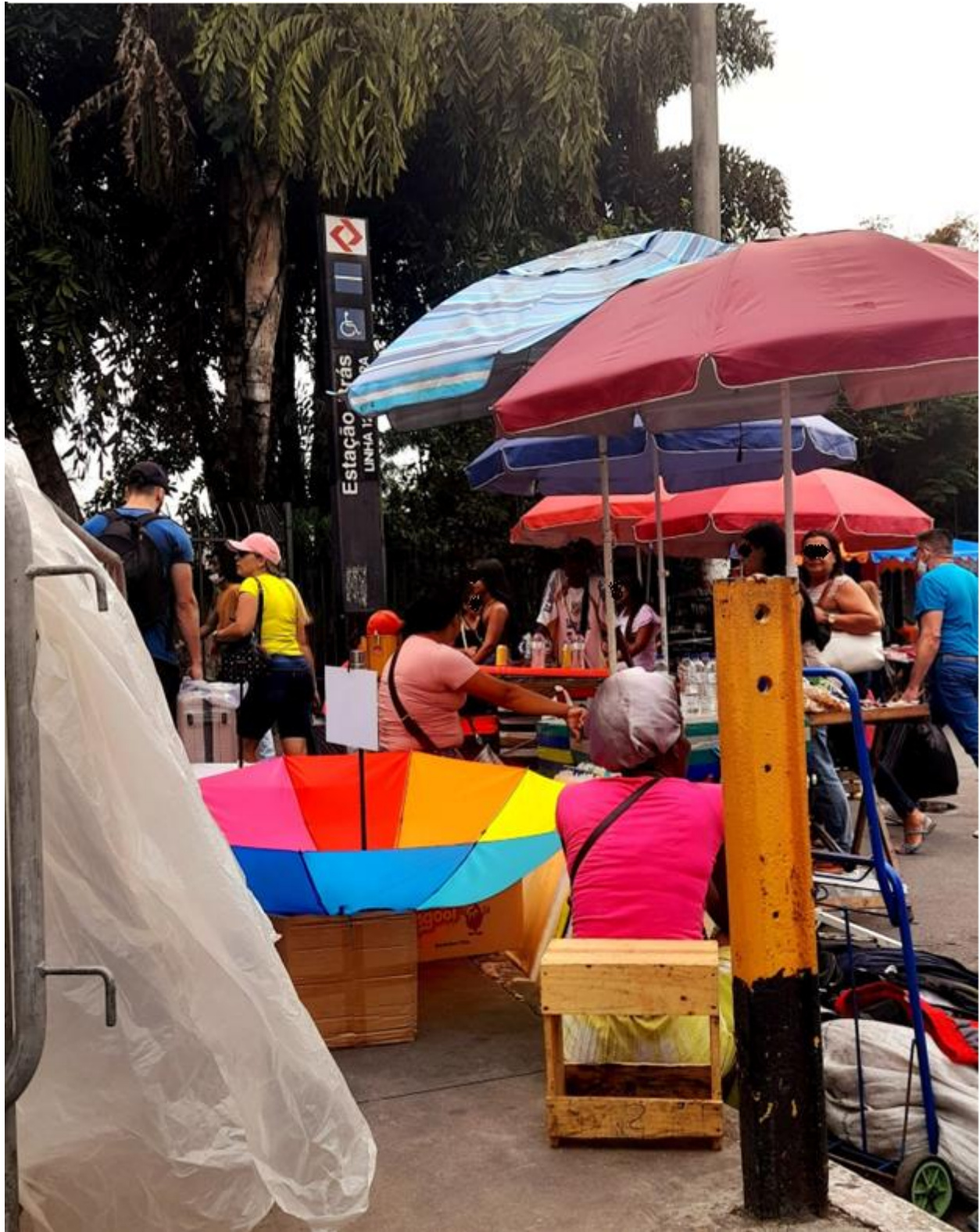














3.2.2 A mercadoria















3.2.3 O mercadejo













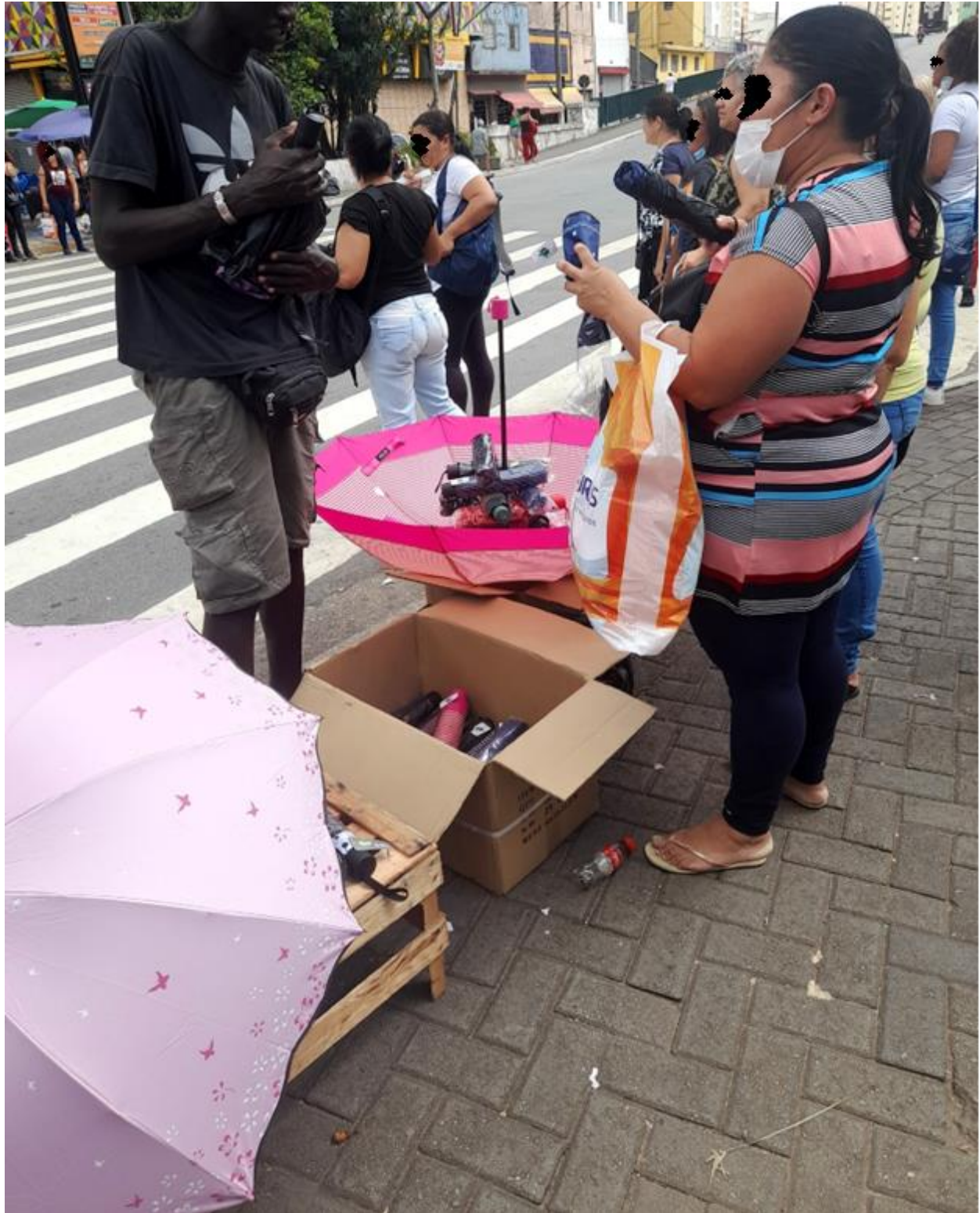
















3.2.4 O cotidiano e a rotina













































4.CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se supor que a maioria realmente deseja que o poder público mantenha sua capacidade de regular e controlar o comércio ambulante, mas não a ponto de reprimir de forma autoritária os ambulantes. É preciso saber conciliar o direito ao espaço público e o direito ao trabalho. Portanto, há a necessidade de desenvolver princípios e estratégias para orientar o desenvolvimento e implementação de políticas públicas duradouras para enfrentar o problema dos vendedores ambulantes em São Paulo. São eles: que o uso e exploração irregular do espaço público por instituições privadas e com fins lucrativos não pode ser tolerado, ou seja, é necessário proteger o espaço público para cumprir a função a que se destina; a imagem e os princípios de autoridade de poderes públicos devem ser sempre transparência (sem sanções por descumprimento de normas claramente definidas enfraquece a autoridade); mudanças constantes nos critérios de seleção de locais e falta de verificações de longo prazo dificultam o cumprimento; envolvimento de vendedores ambulantes e outros atores envolvidos no desenvolvimento de soluções é crítico para alcançar os resultados que importam; essas medidas devem garantir a continuidade, pois pode ser necessário mais de um gestor durante as fases de negociação, aprendizado e avaliação; no contexto do planejamento e desenvolvimento urbano, o jogo do contraditório e da ação de curto prazo deve ser superado através de ações de longo prazo; Modernizando e promovendo a formalização dos vendedores ambulantes, há necessidade de fornecer espaços apropriados e seguros com instalações adequadas e apoio com crédito e aconselhamento de mercado; ações para dissuadir os negócios de rua devem ser combinadas com outros programas de governo, como apoio às famílias e programas sociais de erradicação da pobreza, bem como programas de geração de empregos; na erradicação dos camelôs, é preciso começar imediatamente a transformar a área para evitar seu retorno ou novas invasões.

Outro aspecto que precisa ser destacado é a necessidade de o município levar em consideração a situação macroeconômica do país e a situação particular dos diferentes grupos que compõem o comércio ambulante da cidade de São Paulo. Como vimos anteriormente, o acesso das pessoas ao comércio de rua tende a ser muito expressivo durante as fases de recessão. Nesse caso, a capacidade de fiscalização da prefeitura acabará diminuindo e as contradições com os ambulantes se intensificarão. Políticas de emprego e renda devem ser adotadas, principalmente voltadas para homens em idade madura e menos escolarizadas, o que pode reduzir o fluxo de novos ingressantes para a rua. Para os diferentes grupos de vendedores ambulantes, como já apontamos, alguns grupos resolverão seus problemas de sobrevivência

deixando as atividades de vendedores ambulantes devido ao crescimento econômico e/ou políticas de emprego. Há também uma questão de grupo que extrapola o poder público municipal porque é uma questão de polícia. E há um grande grupo que deve contar com apoio público e regulamentação para que as atividades possam ser conduzidas de maneira aceitável. Um aspecto do problema dos vendedores ambulantes endêmicos dos centros das cidades que também merece destaque é a necessidade de repensar os critérios de acessibilidade (sistema viário e sistema ferroviário) da área central. Se continuar proporcionando condições ideais para os ambulantes, dificilmente outras ações coibirão os interesses dos menos favorecidos no mercado de trabalho de usufruir das vantagens de serem ambulantes no centro de São Paulo.

Tais diagnósticos são polêmicos porque partem da premissa de que há de se oferecer alternativas, mas também dificultar a consolidação do trabalho ambulante como uma alternativa viável para os trabalhadores que atuam no circuito inferior da economia. Todavia, ao se pensar políticas públicas, o cenário supracitado é ideal e quase utópico se comparado ao cenário que vemos agora nas ruas do centro expandido da cidade. Especialmente em relação aos refugiados que enveredam para as trocas comerciais ambulantes, faz-se mandatório que políticas reais, práticas e urgentes se apliquem no sentido de promover bem-estar, reconhecimento e sentimento de pertencimento a esses trabalhadores. Dessa forma, pensar em promoção de alternativas de trabalho e na formalização dessa classe, que vive do próprio trabalho, mas que ainda tem intempéries significativas com documentação, emissão de CPF, comprovação de residência, adaptação com o idioma e apoio de uma rede que ajude na busca por emprego, parece distante e ineficaz. Há, portanto, de se pensar – podendo ter a coleta feita por essa pesquisa como parte do subsídio para esse exercício – em políticas públicas realistas com o cenário que encontramos.

Exclusão, como apresentado anteriormente, implica em dois processos lógicos sobre o fenômeno. Em um primeiro cenário, um sujeito pode estar inserido em uma rede de reconhecimento que o faça se sentir pertencente, mas que por algum – normalmente, alguns - motivo perca suas referências e seja, assim, excluído. A esse sujeito seria necessário que se promovesse um processo de reinclusão. Isto é, de reinseri-lo no circuito que dispunha ou inseri-lo noutra que produza sentido para ele. Todavia, quando pensamos a condição de imigrantes refugiados, reinseri-lo não é uma possibilidade – por obviedade -, tampouco aloca-lo em uma rede pré-existente e profundamente enraizada em uma cultura que não produz sentido para ele. Assim, há a necessidade de que, para inclui-lo, faz-se necessário que o processo de “*desexclusão*” se dê

de forma a produzir sentimento de pertencimento a um território e a uma rede que faça sentido para ele. Sucede-se, assim, o carecimento da criação de uma rede nova. Toda rede – mesmo virtual – habita um espaço – mesmo que também seja virtual. No caso dessa classe que vive de trabalho de forma ambulante e do varejo informal, o espaço requer sua qualidade física. Portanto, para que uma rede de apoio e reconhecimento se crie de forma a produzir sentimento de pertencimento, um espaço físico para sua ocupação é imprescindível. Doravante, a recorrência da ocupação desse espaço, tanto para trocas comerciais quanto para as afetivas, possibilita que os pares de iguais se formem. Os trabalhadores que sistemática e recorrentemente ocupam lugares específicos do bairro começam a criar várias relações: vínculos com seus próximos; clientela que passa no seu trajeto cotidiano; estratégias para se proteger de intempéries climáticas; rede comercial para alimentação, uso de banheiro, armazenamento de mercadorias ou arranjos para desloca-las todos os dias. Esse “assentamento” da forma de trabalho produz que seu nome seja mencionado e que os nomes de seus pares e vizinhos de comércio sejam ditos por ele. Há, nessa rotina que apropria-se do espaço, a criação de uma rede de inclusão, reconhecimento, paridade, pertencimento e apoio. Nessa rotina o trabalhador ambulante e refugiado é igual àquele que o reconhece.

Políticas-públicas que tenham em vista a questão desses trabalhadores não seriam eficazes para esse processo de sentimento de pertencimento, se os impedissem de ocupar seus territórios. Ora, sem a produção de trabalho formal ou inclusão em um circuito legalizado de atividade laboral resta ao Estado qual tipo de estratégia para tratar dessa classe trabalhadora? A primeira demanda percebida nas recorrentes visitas ao território é que a polícia está presente. Muito presente. Sua presença não coíbe ou inibe de fato a prática do comércio ambulante, apesar de se fazer necessário que alguns cuidados sejam tomados. É frequente a prática do pagamento de um “cafezinho” ou mesmo “presentear” os agentes de segurança com alguma mercadoria que os ambulantes comercializam. Há, notadamente, uma relação do poder público com esses comerciantes que se dá nas entrelinhas da lei. Retomando a pergunta, se o poder público não consegue inserir esses trabalhadores em uma rede formal de atuação, nem simplesmente impedi-los de atuar como o fazem agora, resta a ele que olhe a questão do refúgio e trabalho com outra perspectiva. A primeira necessidade é desvincular a prática informal e ambulante de comércio com a prática criminal. A ilegalidade e a criminalidade não são sinônimas e é necessário que se pense em políticas-públicas de bem-estar muito antes de políticas-públicas de segurança, quando se trata

do tema dessa pesquisa. Cabe ao Estado a criação de políticas que rompam com a dicotomia trabalho legal x trabalho ilegal. Para produção de bem-estar desses trabalhadores, as práticas de trabalho informal precisam ser olhadas em suas singularidades, narrativas, carências e na sua função sistêmica dentro da sociedade. O refugiado que trabalha como comerciante ambulante não pode ser olhado somente pelo prisma de sua atividade laboral. Ele, em sua complexidade, precisa ser percebido e compreendido para além de sua importância econômica e na sua condição ilegal.

Como dito anteriormente, a troca e a consolidação de políticas para essa classe trabalhadora precisam ser feitas com a densa participação desses atores locais. É preciso que eles sejam os protagonistas de suas próprias demandas. Todavia, para que isso seja viabilizado, uma mudança radical de estratégia precisa ser feita agora. É impossível ouvir quem tem medo de falar. Conforme já mencionado nessa pesquisa, os trabalhadores ambulantes têm muito receio de se fazerem percebidos sob o ponto de vista do registro legal, formal, na presença de um documento e, conseqüentemente, do Estado. Essa presença invisível de quem ocupa, mas prefere continuar anônimo para o Estado evidencia que as práticas públicas estão voltadas para o silenciamento e manutenção da exclusão.

O poder policial aparece como mediador das tensões entre os lojistas e os ambulantes. Dessa forma, aparece como um poder que age para promover a legalidade das trocas comerciais, para garantir a estrutura que faz manutenção da privação do direito à cidade. O Estado se fazer presente nesse território em sua face policial de política de segurança não promove a inserção à cidadania de quem precisa, outrossim garante a manutenção de quem já está assegurado dela. Políticas de segurança são políticas que coíbem, mas não podem nem deveriam coibir a necessidade de sobrevivência.

5.REFERÊNCIAS

- Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2015). *Refugiados no Brasil: desafios e oportunidades*. ONU.
- Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2019). *Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas*. ONU.
- Ahonen, E. Q., Benavides, F. G., & Benach J. (2007). Immigrant populations, work and health: A systematic literature review. *Scandinavian Journal of Work Environment Health*, 33, 96-104.
- Anderson, J., & Honneth, A. (2005) Autonomy, vulnerability, recognition and justice. In John Christman & Joel Anderson (eds.), *Autonomy and the challenges to liberalism: New essays* (pp. 127-49). New York, NY: Cambridge University Press,.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Aumont, J (1993). *A Imagem*. Campinas: Editora: Papyrus,
- Bakhtin, M. (2006). Adendo: Os gêneros do discurso. Em *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes. P.261-306.
- Barthes, R. (2008). *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Lisboa: Edições 70.
- Benach, J., Muntaner, C., Chung, H., & Benavides, F. G. (2010). Immigration, employment relations, and health: Developing a research agenda. *American Journal of Industrial Medicine*, 53, 338-343.
- Brasil, Ministério da Saúde. (1996). *Conselho Nacional de Saúde. Resolução N466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Canclini, N. G. Antropólogos sob a lupa, ou quando falar das tribos quando as tribos são eles mesmos. *Ciência Hoje*, vol.15 n.90 de 1993, p. 27-32.
- Camus, Albert, 1913-1960. *O Estrangeiro* / Albert Camus; tradução de Valerie Rumjanek.- 30ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.
- Castel, R. (1997) A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, 26/27, 19-40.
- Castells M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

- Carvalho, M. C. B. (1995). *Controle social na assistência social*". Palestra proferida na 1 Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília, DF.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte, Fabrefactum.
- Clot, Y. (2010). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clínica da atividade. *Fractal: Revista de Psicologia*, vol.22, n.1, p.207-234.
- Collier Jr., J. (1973). *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU.
- Cotinguiba, G. C. (2014). *Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.
- Dubois, P. (1994). "O golpe do corte. A questão do espaço e do tempo no ato fotográfico" in O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus: 1994.
- Figueiredo, M. P. (2016). *O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- França Filho, G. C., Silva Junior, J. T., & Rigo, A. S. (2012). *Solidarity finance through community development bank as a strategy for reshaping local economies: Lessons from Banco Palmas*. *Revista de Administração*, 47(3), 500-515.
- Galeão-Silva, L. G., Alves, M. A., & Gonzales L. (2012). Comunidade e reconhecimento nas relações humanas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 189-203.
- Galvez Sierra, L. B. (2016). *Construções identitárias de trabalhadores migrantes colombianos em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Geertz, C. Estar lá e escrever aqui. *Revista Diálogo* N.3 vol.22. 1989, p 58-63.
- Godolphim, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Revista Horizontes Antropológicos*. Antropologia Visual, n2. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995, p.125-141.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social: um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- Gorlick, B. (2000). Human rights and refugees: Enhancing protection through international human rights law. *United Nations High Commissioner for Refugees, Working Paper*, 30. Geneva: United Nations.

- Goulart, D. (2012). *Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil*. *Lutas Sociais*, 29, 160-171.
- Guran, M. (1994). *À Propos de la "photographie efficace"*. *Revista Xoana*, n. 2, Paris, p.99-111.
- Haddad, E. (2008). *The refugee in international society: Between sovereigns*. New York, NY: Cambridge University.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Honneth A. (2008). *Reification: A new look at an old idea*. New York, NY: Oxford University Press.
- Honneth, A. (2003). *A luta pelo reconhecimento*. São Paulo: Editora 34.
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2018). *Trabalho ambulante: uma análise da realidade brasileira*. São Paulo: IEDI.
- Laurell, A. C., & Noriega M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário*. São Paulo: Hucitec.
- Leal, O. F. (1986). *A leitura social da novela das oito*. Petrópolis, Ed Vozes.
- Leão, L. H. C., Muraro, A. P., Palos, C. C., Martins, M. A. C., & Borges, F. T. (2017). *Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil*. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7), e00181816.
- Lukacs, G. (2003). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Martins, J. S. (2008). *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto.
- Menezes, M. A., & Marcelo, S. S. (2010). *"A cana judia de nós!" Impactos da migração e da atividade de cortar cana sobre a saúde dos trabalhadores migrantes nordestinos*. In VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural.
- Montero, M. (2006). *Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria*. Buenos Aires: Paidós.
- Oliveira, S. (2010). *O trabalho ambulante no Brasil: história e desafios*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Park, R. (1967). *On social control and collective behavior*. Chicago: Chicago University Press.
- Ricoeur, I. P. (1991). *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus.

- Ribeiro, M. A. (2000). *As metamorfoses no mundo do trabalho*. In: Anais do I Simpósio Multidisciplinar Pensar, Criar e Transformar (pp. 69–77). São Paulo: Unimarco..
- Ribeiro, Silva & Figueiredo, 2016 (2016). *Discussing the Notion of Decent Work: Senses of Working for a group of Brazilians Workers without College Education*.
- Rogers, R. (1992). *The future of refugee flows and policies*. *International Migration Review*, 26(4), 1112-1143.
- Telles, V. (1994). Pobreza e Cidadania: duas categorias antinômicas. *Mínimos de cidadania-ações afirmativas e enfrentamento à exclusão social*. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social/PUC/SP.
- Santos, M. (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbanos dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP.
- Santos, M. (2005). *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- Sato, L. (2012). *Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: EDUSP.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET, 2019). *Políticas públicas para o trabalho ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: SMDET.
- Silva, J. (2015). A regulamentação do trabalho ambulante no Brasil: uma análise da Lei nº 5.248, de 1967. *Revista de Direito do Trabalho*, 14(1), 47-60.
- Souza, M. (2017). A história do trabalho ambulante no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista de Economia Popular*, 7(2), 78-90.
- Souza, G. H., Coelho, J. A., Lima, N.C., & Queiroz, J. V. (2014). Marketing Informal: um modelo de comercialização pautado em jeitinho brasileiro, informalidade e empreendedorismo. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(3), 63-77.
- Tittoni, J. (2009). Sobre psicologia e fotografia. In *Psicologia e fotografia: experiências em intervenções*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote Ltda.

LINKS:

<https://justica.sp.gov.br/index.php/secretaria-da-justica-lanca-campanha-imigrante-sao-paulo-te-acolhe/>